

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Agro-Bioenergia/Biodiesel

Período de Análise: março de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	6
Etanol.....	6
O PARANÁ E A CANA-DE-AÇÚCAR – Sítio eletrônico da CPT - março de 2009.	6
Petrobras quer comprar usinas e vender mais álcool – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/03/2009.....	8
Álcool celulósico já esbarra na carência de recursos – Valor Econômico – Agronegócios - 03/03/2009	9
Unica articula "liga" nacional sucroalcooleira - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/03/2009.....	10
Fundo de R\$ 300 mi investe em etanol - Altamiro Silva Júnior – Valor Econômico – Finanças - 04/03/2009	10
Petrobras pretende vender etanol no mercado interno Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios – 05/03/2009	12
Excesso de cana leva Centro-Sul a "emendar" safra – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 05/03/2009	13
Governo reforça 'SOS sucroalcooleiro' - Mauro Zanatta e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 06/03/2009	15
Disputa pela Santelisa já começa a se afunilar – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 06/03/2009	17
Nova liminar da Justiça do MT inverte ônus da prova e favorece agricultores – Valor Econômico – Agronegócios – 06/03/2009	18
Álcool não, etanol – Valor Econômico – Agronegócios – 09/03/2009.....	19
Etanol em queda - – Valor Econômico – Agronegócios – 09/03/2009.....	19
Grupo Cosan é o novo dono da Nova América – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 13/03/2009	19
Previsão para a soja – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 13/03/2009.....	21
ETANOL VERDE – Sítio Eletrônico da ABAG – 31/03/2009.....	21
Usinas multadas por trabalho degradante têm R\$ 1 bi do BNDES – Eduardp Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/03/2009	24
Banco diz que pode rescindir contratos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/03/2009.....	25
Preço do álcool desaba na usina, mas não cai no posto – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/03/2009.....	26
Na usina, álcool tem menor preço em 17 meses – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/03/2009.....	28
Cana-de-açúcar avança em Mato Grosso – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/03/2009.....	28
Energia solar nas casas do PAC vai virar realidade – Sítio Eletrônico do MMA – 24/03/2009.....	29
Preços do álcool caem – Valor econômico – Agronegócio – 16/03/2009.....	30

Apesar da crise, faturamento das usinas deve crescer 11% - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 19/03/2009	30
Gerdau pára usina – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 23/03/2009	31
Petróleo segue em alta – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 23/03/2009 ..	32
Cana 'sustenta' índice de preço no campo de SP – Valor Econômico – Agronegócios – 24/03/2009	32
Petrobras puxa o freio em projetos de etanol – Valor Econômico – Agronegócios – 25/03/2009	33
Petrobras puxa o freio em projetos de etanol – Valor Econômico – Agronegócios- 25/03/2009	33
Cosan cria companhia de energia e une-se a fundo para cogeração – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 26/03/2009	34
Álcool cai em SP – Valor Econômico – agronegócios – Curtas – 30/03/2009	36
Cana volta a sustentar índice de preços de SP – Valor econômico – agronegócios – 30/03/2009	37
Biodiesel	38
Itamarati produz 18 mil toneladas de soja para biocombustíveis – Sítio eletrônico do MDA – 18/03/2009	38
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCMBUSTÍVEIS	39
Etanol	39
POR QUE MORREM OS CORTADORES DE CANA? – Sítio Eletrônico da CPT – março – de 2009	39
Pró-etanol ou pró pré-sal? – Guilherme Nastari – Valor Econômico – Opinião – 12/03/2009	44
Usinas do Rio negociam com o governo os mesmos subsídios concedidos ao NE – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 13/03/2009	47
Taxar a energia suja será algo inevitável – Pablo Fajnzylber – Folha de São Paulo – Ciência – 30/03/2009	47
MST fecha Ponte da Amizade por 'justiça energética e reforma agrária' – O Globo – O País – 27/03/2009	49
Vulnerável – O Globo – Opinião – 19/03/2009	50
Termelétricas terão que compensar emissões de CO2 Sítio Eletrônico do MMA – 20/03/2009	51
Minc anuncia mais monitoramentos e defende hidrelétricas – Sítio Eletrônico do MMA – 23/03/2009	51
MMA vai incentivar geração de energia eólica – Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2009	52
A realidade desumana das mulheres canavieiras em Pernambuco – Sítio eletrônico do MST – 18/03/2009	53

Jornada de lutas do MAB defende soberania energética e popular – Sítio Eletrônico do MST – 18/03/2009	56
BNDES financia usinas multadas por trabalho degradante – Sítio Eletrônico do MST – 18/03/2009	58
Soberania energética e Reforma Agrária unificam movimentos de Brasil e Paraguai – Sítio Eletrônico do MST – 25/03/2009	59
Subsídio à cana no RJ- Valor Econômico – Agronegócios – 27/03/2009	60
Estudo da Embrapa aponta trunfo ambiental do etanol – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 31/03/2009	61
PCP associa-se a fundo dos EUA em projetos de usinas – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 31/03/2009	62
Biodiesel	64
Mais biodiesel, pouca inclusão social no campo – Bruno Villas Boas – O Globo – Economia – 01/03/2009.....	64
Selo Combustível Social: mudanças melhoram agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 02/03/2009	66
PA Nova Querência inaugura primeira usina de óleo vegetal do MS – Sítio Eletrônico do MDA – 05/03/2009.....	67
Trabalho degradante – Valor Econômico – Agronegócios – 27/03/2009.....	69
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	70
Etanol	70
Diplomacia do álcool – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 14/03/2009	70
Química presidencial – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2009	71
"Rezo mais por ele do que por mim", diz Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009.....	72
Usineiros querem discussão sobre etanol em encontro de Lula e Obama – Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil – 12/03/2009.....	73
Agência japonesa faz do Brasil 'elo' para outros mercados – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 13/03/2009	74
Opep contraria previsão e decide manter produção – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/03/2009.....	75
Preço baixo inviabiliza investir em petróleo, avalia Opep – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/03/2009.....	76
O antiamericanismo do governo Lula – Sergio Leo – Valor Econômico – Opinião – 16/03/2009.....	76
Biocombustível de algas é alternativa viável contra aquecimento global – O Globo – Ciência – 26/03/2009.....	78

Liturgia e estratégia: et pur se muove – José Luís Fiori – Valor Econômico – Opinião – 18/03/2009	79
Etanol em Moçambique atrai brasileiros - Ivo Ribeiro e Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – agronegócios – 30/03/2009	81
Biodiesel	84
UE cobrará taxa extra de biodiesel dos EUA - Joshua Chaffin e Chris Tighe – Valor Econômico – Agronegócios - 04/03/2009	84

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

O PARANÁ E A CANA-DE-AÇÚCAR – Sítio eletrônico da CPT - março de 2009

O Paraná é apontado como o terceiro colocado no *ranking* de maior produtor nacional de cana-de-açúcar, atrás de São Paulo e Alagoas, entretanto, com base nos dados de 2005, o Estado é o segundo colocado na produção de álcool. E uma vantagem destaca o Estado (e principalmente as regiões mais ao norte) frente às outras unidades da federação: a produtividade média. A cana vem se expandindo sobre as terras consideradas as mais férteis do Estado e é a cultura que apresenta a melhor relação entre renda gerada e parcela do solo ocupada: uma das vedetes do chamado agronegócio, a cana ocupa das grandes fazendas às pequenas propriedades. No Paraná a indústria da cana ocupa cerca de 80 mil pessoas em 29 empresas.

Essa estrutura tem levado ao crescimento da importância da cana no total de exportações do Paraná: de janeiro a outubro a participação do açúcar, segundo dados divulgados pela Secretaria Estadual de Agricultura, é de 3,47% nas exportações paranaenses, representando US\$ 286,462 milhões. No caso do álcool os valores chegam a US\$ 103,505 milhões, representando 1,25% do total das vendas ao exterior. Esses valores são quase três vezes mais do que a produção recorde alcançada em 2004 (em 2005 a safra foi bastante prejudicada devido à seca).

Esse aumento da produção e das exportações está motivado por vários fatores, entre os quais podemos destacar a relação entre oferta, demanda e preço do álcool no mercado interno e externo, principalmente com o aumento da produção de carros bi-combustível, a elevação do preço do petróleo, a competitividade do preço do açúcar brasileiro no mercado internacional (é bom lembrar que o açúcar não tem outro concorrente similar no mercado, o que garante certa garantia na procura), favorecido pela queda nos estoques internacionais, provocado em boa medida pelas questões climáticas. O debate de especialistas do setor aponta que o preço do petróleo triplicou desde 2001 e que o preço do álcool subiu apenas 1,5. Esse cenário favorável leva às estimativas de que serão implantadas até 2010 pelo menos 30 novas usinas sucro-alcooleiras em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, com um custo total que deve superar os R\$ 3,5 bilhões.

A região norte é a região de maior expansão da indústria sucro-alcooleira no Estado do Paraná. Um dos motivos desta expansão está ligado à fertilidade das terras, à disponibilidade da mão de obra, à facilidade de transporte da produção e à proximidade com o estado de São Paulo (em vários sentidos esta região paranaense dá motivos para ser considerada como uma extensão do território paulista). Outro fator que favorece o cultivo da cana nessa região é a pouca ocorrência a risco de geadas, que em outras regiões do Estado é bastante grande e no norte não passa de 10%, concentradas entre os meses de

junho de agosto. Sabe-se que as partes novas da cana são bastante sensíveis, principalmente as gemas e as folhas, que podem ficar danificadas em temperaturas abaixo de 3 graus centígrados. A produção está concentrada nos municípios de Umuarama (30%), Maringá (16%), Jacarezinho (13%), Paranavaí (13%), Londrina (11%), Cornélio Procopio (5%), Campo Mourão (4%), Apucarana (3%) e Ivaiporã (3%). Para 2006 as previsões são de que esses números aumentem em cerca de 7%, principalmente com o aumento da produção em Umuarama e Paranavaí[1].

Outro fator que deve ser levado em conta diz respeito ao interesse das empresas transnacionais de agroquímicos, sementes e maquinários. Uma das gigantes deste ramo, a BASF, protegida sob o slogan “a química da vida” tem ofertado tecnologia em herbicidas que prometem controlar várias espécies de plantas daninhas. O mais novo ganhou o portentoso nome de *Plateau*, lançado em festa com representantes de usinas do Paraná no início do ano. A BASF também divulga o inseticida *Regent 800 WG*, usado no combate a cupins e o herbicida *Contain*. Com esse tipo de produto a BASF atinge vendas de €3,298 bilhões em 2005 (dos quais €2.4 bilhões na América do Sul e €1.4 bilhão no Brasil). Vale lembrar que a BASF vende produtos para uso na saúde pública, o controle de pragas estrutural-urbanas, plantas ornamentais e gramados, controle de vegetação e silvicultura, além de sementes[2]. Além disso, a empresa comercializa uma série de produtos plásticos para eletro-eletrônicos, maquinários e telecomunicações, tintas, catalisadores e inúmeros outros produtos de alta tecnologia.

Nas estimativas positivas apontadas pelas usinas de cana, está a manutenção do atual modelo de produção e comercialização (contando com apoio do governo através de financiamento, cortes nas tarifas de exportação), financiado por dinheiro público e pautado pela legislação ambiental fraca e ineficiente e pela violação dos direitos trabalhistas. As usinas contam como certa a garantia do nível atual de produtividade dos assalariados rurais, fator capital para a manutenção da evolução dessa cultura.

Ora, ao lado das questões climáticas, residem nesses fatores as grandes brechas de luta dos movimentos sociais e ambientais que vêm denunciando os aspectos negativos da expansão da cana no Brasil. Denunciar os efeitos da produção da cana sobre o meio ambiente e as águas, e os constantes casos de violação dos direitos dos trabalhadores/as do campo deve ser, assim, a prioridade daqueles que sabem que esse pseudo-progresso não beneficia a sociedade brasileira, ao contrário, evoca a triste história de um país que tem servido de colônia, com a apropriação dos recursos naturais por parte dos países ricos e escravização de grande parcela população pobre.

Jelson Oliveira

Curitiba-Paraná-Brasil, 15 de dezembro de 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO PARANÁ

Petrobras quer comprar usinas e vender mais álcool – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/03/2009

Menor comércio de gasolina e reestruturação sucroalcooleira motivam decisão

Estatual muda estratégia, antes exportadora, e agora pretende ficar com 20% do crescimento estimado para o setor no mercado interno

Diante da reestruturação do setor sucroalcooleiro e da queda das vendas de gasolina, a Petrobras decidiu investir na aquisição de usinas e na produção de álcool para atender o mercado interno e estima abocanhar 20% do crescimento previsto para o mercado nos próximos anos.

Até 2013, a Petrobras prevê produzir 1,8 bilhão de litros de álcool destinado ao mercado doméstico -volume correspondente a 8% dos 22,5 bilhões de litros fabricados em 2008.

A estatal, por meio de sua subsidiária Petrobras Biocombustíveis, planeja adquirir usinas em parceria no país para atender ao mercado interno. Antes, o foco da companhia era apenas investir em novos projetos voltados à exportação.

O presidente da Petrobras Biocombustíveis, Allan Kardec, rejeita a tese de uma possível estatização do setor -hoje 100% privado- e diz que a participação da companhia será de, no máximo, 40% nas usinas voltadas ao mercado interno.

Segundo Kardec, a reestruturação do setor, a retração das vendas de gasolina e especialmente o interesse de empresários em terem a Petrobras como sócia motivaram a decisão da estatal de disputar o mercado brasileiro de álcool.

Impulsionada principalmente pela expansão do carro flex, a produção de álcool cresceu 79% no país desde 2003, segundo dados da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

As vendas de veículos bicombustíveis representaram 87,5% do total em 2008. O consumo de álcool correspondeu a 51% do volume total de combustíveis usados em veículos leves.

Revisão

Diante desse cenário, a Petrobras reviu a estratégia de focar sua atuação apenas na exportação de álcool. A estatal investirá US\$ 3,3 bilhões em biocombustíveis até 2013. Desse total, US\$ 1,9 bilhão irá para a produção de etanol para venda no país e no exterior.

Neste ano, a Petrobras vai investir em quatro projetos de novas usinas focadas em exportação. Serão mais cinco em 2010 e oito em 2011. Também está prevista a instalação de uma usina na Colômbia. Juntas, produzirão 2 bilhões de litros até 2013 destinados ao mercado externo -39% do volume total de álcool exportado pelo Brasil em 2008.

A Petrobras não divulga quantas usinas pretende adquirir no país, mas Kardec disse que já negocia com alguns grupos. Segundo ele, a companhia poderá entrar em projetos em andamento com dificuldade para serem concluídos.

Diante da crise e da expectativa não confirmada de forte crescimento da demanda externa, muitos projetos de novas usinas foram postergados ou cancelados. Há dois anos, o setor convive com preços deprimidos e sofreu ainda mais com o agravamento da crise.

O diretor técnico da Unica, Antonio de Padua Rodrigues, reagiu bem à intenção da Petrobras: "É melhor um cenário de maior concorrência, mas com empresas capitalizadas, com suporte de capital de giro e condições de estocagem que garantam os preços".

Álcool celulósico já esbarra na carência de recursos – Valor Econômico – Agronegócios - 03/03/2009

As usinas americanas de etanol estão perto de atingir os limites criados pelo Congresso dos Estados Unidos para conter o uso do milho na produção de combustível, mas a indústria ainda parece longe de dar o salto tecnológico necessário para tornar viável comercialmente o uso de outras matérias-primas.

De acordo com a legislação americana, a produção de etanol de milho deverá atingir 57 bilhões de litros em 2015 e não poderá ir além disso, para não causar problemas para criadores de gado e indústrias alimentícias que também usam o milho como matéria-prima. As usinas de etanol consumiram quase um quarto da produção americana de milho na última safra.

Para continuar ampliando o consumo de biocombustíveis no país, os americanos estão investindo no desenvolvimento do etanol celulósico, que pode ser feito com madeira, capim e diversos resíduos vegetais. As metas estabelecidas pelo Congresso determinam que o consumo de etanol celulósico atinja 61 bilhões de litros por ano em 2022.

O problema é que nenhuma das empresas que estão investindo nas novas tecnologias conseguiu até agora demonstrar sua viabilidade econômica. Há 24 usinas de etanol celulósico em construção ou em planejamento nos EUA atualmente, mas muitas são plantas-piloto de pequena escala cujo objetivo é testar e aperfeiçoar as novas tecnologias.

A crise internacional ampliou as dificuldades que essas empresas encontram para financiar seu desenvolvimento. "As condições oferecidas pelo mercado hoje são impraticáveis", diz Gerson Santos-Leon, vice-presidente do grupo espanhol Abengoa, que planeja construir nos

EUA duas usinas de etanol celulósico.

A incerteza sobre esses projetos está aumentando com a proximidade de 2010, ano em que as refinarias americanas terão que comprar 380 milhões de litros de etanol celulósico para atender às metas previstas em lei. Ninguém sabe se o produto estará disponível. "Se não confiássemos no processo que estamos desenvolvendo, não estaríamos investindo nosso próprio capital nisso", afirma Larry Ward, vice-presidente da POET, dona de 26 usinas de etanol nos Estados Unidos. **(RB)**

Unica articula "liga" nacional sucroalcooleira - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/03/2009

A União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) quer criar uma entidade nacional para o setor sucroalcooleiro ganhar espaço nas discussões com o governo federal. Ontem, o presidente da Unica, Marcos Jank, esteve na Alcopar (Associação dos Produtores de Açúcar e Álcool do Paraná) para contar com a adesão do sindicato estadual nesta nova associação.

"A Alcopar aderiu à ideia. Achamos importante uma entidade nacional, desde que se preserve as peculiaridades dos sindicatos representantes de cada Estado", afirmou ao Valor Anísio Tormena, presidente da Alcopar.

Segundo Tormena, a empresa Korn/Ferry foi contratada para fazer um estudo de viabilidade para a criação dessa entidade. "A partir deste estudo, vai ser analisado a criação ou não dessa entidade."

Além do Paraná, os sindicatos do setor em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul também concordaram em participar de uma associação nacional. "A intenção é chamar os representantes do Nordeste no futuro." Procurada, a Unica confirmou uma articulação com as entidades do Centro-Sul.

Tormena, que também coordena o Fórum de Lideranças do Setor Sucroalcooleiro, participa na quinta-feira de uma reunião na Casa Civil para discutir melhores práticas trabalhistas.

Fundo de R\$ 300 mi investe em etanol - Altamiro Silva Júnior – Valor Econômico – Finanças - 04/03/2009

A gestora brasileira DGF Investimentos conseguiu fechar em plena crise um fundo de private equity de R\$ 300 milhões. A carteira recebeu o nome de FIP Terra Viva e vai investir em etanol.

O fundo foi fechado no início de janeiro e contou com recursos de seis fundos de pensão, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Finep

(Financiadora de Estudos e Projetos), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Entre as fundações, participaram Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), Petros (dos petroleiros), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Fibra (Itaipu).

Sidney Chameh, que criou a DGF em 2001, conta que demorou 18 meses desde a ideia inicial de criar o fundo até o fechamento, em plena crise mundial. A carteira só contou com recursos nacionais. Foram inúmeras viagens para apresentar o projeto a investidores e fundos de pensão pelo país. No final de 2008, em um dos piores momentos da crise, um dos investidores, responsável por uma parcela significativa dos recursos, resolveu rever seus planos e o Terra Viva quase não saiu. Foi necessária uma nova rodada de negociações e o fundo acabou saindo dentro do planejado.

O objetivo da carteira é aplicar em projetos de etanol. A expectativa é fazer em torno de seis investimentos já a partir deste mês. As áreas de interesse passam por empresas focadas em desenvolver novos materiais e equipamentos ligados à cadeia produtiva do etanol e outros projetos relacionados à cogeração de energia a partir do bagaço da cana.

Uma terceira área de interesse é na consolidação de usinas. Esse segmento, acredita Chameh, é o que vai exigir aportes maiores do fundo, que podem chegar a R\$ 90 milhões. Assim como nos outros setores da economia (como o siderúrgico, financeiro e celulose), as usinas de etanol vão passar por um processo de consolidação. "Esse mercado hoje é muito extratificado e endividado." O fundo, avisa ele, está interessado em reestruturar dívidas, mas não pretende resolver problemas de solvência de empresas.

Alavancadas, as usinas de açúcar e álcool em sua maioria enfrentam hoje escassez de crédito no mercado. Mas a crise financeira pela qual as usinas passam surge mesmo antes de a turbulência global estourar, a partir do segundo semestre do ano passado. Entre 2005 e 2008, cerca de 200 novos projetos foram anunciados por conta do boom do etanol. Mas, deste total menos da metade saiu do papel.

As usinas de açúcar e álcool do Brasil processam cerca de 550 milhões de toneladas de cana, das quais mais de 85% da região Centro-Sul do país. Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica, os projetos de novas usinas que vão entrar em operação este ano só sairão porque todos os investimentos industriais foram concluídos, senão seriam postergados.

Uma parte das usinas que decidiu adiar os seus projetos deverá partir para aquisições este ano, aumentando o processo de consolidação do setor. Um desses grupos é a Cosan, que tinha três projetos "greenfield" (construção de usinas a partir do zero) em Goiás, mas neste ano só vai inaugurar o de Jataí. O grupo está analisando aquisições e participações em outras usinas. Maior grupo sucroalcooleiro do país, a Cosan responde por cerca de 8% da produção nacional.

Com o setor em transformação, o Terra Viva prometeu rentabilidade atrativa aos cotistas, de 18% ao ano, em termos reais. A carteira pode fazer investimentos minoritários ou assumir o controle. A primeira reunião do comitê de investimentos - formado por representantes da gestora e dos cotistas do fundo - para avaliar aportes está marcada para

este mês. Há outra reunião em maio. A criação do Terra Viva obrigou a DGF a abrir escritório em Ribeirão Preto, onde estão boa parte dos projetos ligados ao etanol no Brasil. Ao todo, há sete executivos dedicados à carteira.

Com o Terra Viva, a DGF passa a administrar R\$ 450 milhões e contar com uma equipe de 20 pessoas. A gestora tem outros dois fundos de private equity focados em tecnologia e inovação. O primeiro, de R\$ 20 milhões, foi lançado em 2002. O segundo fundo é de 2007 e tem patrimônio de R\$ 100 milhões, dos quais 70% já foram investidos ou já estão em negociações finais. Com os 30% restantes, Sidney Chameh diz que o fundo deve fazer mais um ou dois investimentos, sempre na área de inovação. Nesses dois fundos, a rentabilidade prometida aos investidores oscila na casa dos 25% a 30%.

Chameh fala que captar recursos no exterior agora está muito complicado. Por isso, prefere apostar no mercado local. Com a queda da bolsa, ele avalia que os private equities vão ficar mais atrativos para os fundos de pensão locais. No caso do Terra Viva, depois que a DGF conseguiu a chancela de três grandes fundos (Previ, Petros e Funcef), ficou mais fácil atrair outras fundações, como a Fachesf (da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco) e a Banesprev (do Banespa).

A DGF pretende agora entrar em novos ramos dentro do setor de participações. A gestora quer ter um fundo para cada segmento, seja para empresas mais novas ("venture capital") ou para projetos iniciais ("capital semente"). "Queremos ter um tamanho significativo no país." **(Colaborou Mônica Scaramuzzo)**

Petrobras pretende vender etanol no mercado interno Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios – 05/03/2009

O constante crescimento das vendas de álcool no Brasil, a intenção de parceiros de comercializar internamente a produção e a demora na abertura de mercados estrangeiros levaram a Petrobras Biocombustível a projetar o direcionamento de quase metade da produção de etanol em 2013 para o mercado nacional.

A Petrobras Biocombustíveis pretende investir, como sócia minoritária, em 20 usinas de álcool no país. De acordo com o modelo de negócio idealizado pela estatal, as usinas terão como sócios um produtor nacional majoritário e dois investidores minoritários - a Petrobras, com fatia de até 40%, e um parceiro estrangeiro. A Petrobras informou que a japonesa Mitsui será sócia da estatal em um projeto de usina em Itarumã, em Goiás.

De acordo com as projeções contidas no Plano de Negócios 2009-2013, dos 3,9 bilhões de litros de etanol que as empresas com participação da Petrobras Biocombustíveis estiverem produzindo ao fim do quinquênio, 1,8 bilhão de litros serão destinados aos revendedores nacionais.

As projeções indicam que em 2013 serão 1,9 bilhão de litros produzidos para o mercado externo, enquanto outros 200 milhões de litros serão fabricados na Colômbia.

O presidente da Petrobras Biocombustível, Alan Kardec, negou que a demora na abertura dos mercados estrangeiros - principalmente o japonês, onde a estatal fez sua grande aposta - tenha sido a principal motivação para o direcionamento da produção para o mercado interno. "O mercado japonês vai acontecer. Pode não acontecer na velocidade que se previa, mas acontecerá." O executivo frisou que o questionamento de parceiros em potencial e os estudos que indicam a continuidade do consumo de álcool no país mesmo em um cenário de crise internacional foram as principais razões para a mudança de filosofia.

Kardec descarta que a Petrobras crie um monopólio do álcool por conta da sua atuação mais firme no mercado interno. Segundo ele, o etanol tem hoje no país uma fatia superior a 50% dos combustíveis usados nos veículos de passeio. Kardec garantiu que a companhia pretende abocanhar apenas 20% do crescimento futuro do mercado de álcool, sem mexer na parte já consolidada. "Não vamos brigar com ninguém, não vamos estatizar o setor", disse.

Para este ano, a Petrobras Biocombustível espera investir R\$ 945 milhões, sendo 91% no Brasil. Entre 2009 e 2013 a previsão de investimentos da subsidiária é de US\$ 2,4 bilhões. Do total para o quinquênio, o setor de etanol receberá US\$ 1,941 bilhão, enquanto o biodiesel ficará com US\$ 480 milhões.

Somada aos investimentos da controladora em logística e pesquisa e desenvolvimento para a área de biocombustíveis, a projeção salta para US\$ 3,3 bilhões. O setor de logística e abastecimento receberá outros US\$ 400 milhões da Petrobras, enquanto na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) a estatal aportará US\$ 530 milhões voltados para os biocombustíveis. Em 2009, a P&D aplicada para o setor receberá R\$ 162,3 milhões para desenvolvimento de tecnologia e soluções via Cenpes, o centro de tecnologia da companhia.

A projeção da Petrobras Biocombustível é de que a produção de etanol atinja 339 milhões de litros este ano, com a aquisição de participação em unidades já existentes. Para o biodiesel, a expectativa é de produção de 115 milhões de litros em 2009.

Excesso de cana leva Centro-Sul a "emendar" safra – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 05/03/2009

Pela primeira vez na história do setor sucroalcooleiro do país, parte das usinas do Centro-Sul do país vai "emendar" uma safra na outra. A decisão de manter uma moagem ininterrupta reflete o excesso de matéria-prima disponível nos canaviais e também a

necessidade das indústrias de fazer caixa. Nessas unidades produtoras, a colheita da safra 2008/09 termina no dia 31 de março e o novo ciclo, 2009/10, começa já no dia seguinte.

Com duas usinas de açúcar e álcool, o grupo Equipav não parou para o tradicional período de manutenção, que ocorre durante a entressafra - de janeiro a março. A unidade Biopav, de Brejo Alegre (SP), inaugurada em outubro passado, não desligou as máquinas da nova planta, uma vez que tinha uma grande disponibilidade de cana para moer.

Apesar do ineditismo da medida, os custos para se manter uma safra contínua são enormes, e em alguns casos até não compensam o esforço.

"O rendimento da cana é muito baixo nesta época", afirmou Jose Carlos Moraes Toledo, um dos acionistas do grupo Equipav. "Nesse período a cana encontra-se em estágio vegetativo e não é muito propícia para o corte."

Na usina Agrest, em Espírito Santo do Turvo (SP), a decisão de emendar uma safra na outra estava prevista para 2010, mas foi antecipada em um ano. "O sonho de todo usineiro é ter uma safra que não para", afirmou Francisco Júnior Bibiano, diretor-administrativo da usina. A unidade foi inaugurada em 2003, e a intenção é manter a safra por 12 meses consecutivos. "A moagem é uma forma de financiar a produção", disse. Nesta safra, a moagem está estimada em 1,8 milhão de toneladas e a próxima deverá manter os mesmos volumes.

Duas das seis usinas do grupo J. Pessoa também está em plena moagem, segundo José Pessoa de Queiroz Bisneto, presidente da companhia sucroalcooleira. As duas unidades do grupo em Mato Grosso do Sul não devem parar antes da nova safra.

Por conta da escassez de crédito no mercado, aliada à crise financeira pela qual as usinas do setor sucroalcooleiro passam, a decisão de esticar a moagem foi tomada por algumas usinas como garantia de manter o fluxo de caixa.

Nesta safra, o Centro-Sul deverá processar cerca de 500 milhões de toneladas, segundo estimativas do mercado. A expectativa é de que cerca de 30 milhões de toneladas de cana fiquem nos canaviais. A perspectiva é de que a colheita da nova safra cresça entre 5% e 10%. Entre 15 e 20 novas usinas devem entrar em operação a partir deste ano.

A maior disponibilidade de matéria-prima durante a entressafra tem ajudado a pressionar as cotações do álcool. Em fevereiro, as cotações do etanol hidratado recuaram cerca de 12%, enquanto os preços do açúcar registram aumento de 13,3%.

Governo reforça 'SOS sucroalcooleiro' - Mauro Zanatta e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 06/03/2009

O governo reforçou a "operação de salvamento" do setor sucroalcooleiro ao anunciar na quinta-feira a concessão de R\$ 2,5 bilhões para financiar a estocagem de até 5 bilhões de litros de etanol pelas usinas. A medida foi decidida na quarta-feira durante reunião de ministros e dirigentes de bancos públicos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Indiretamente, a ajuda ao setor tem chegado via BNDES e também pela Petrobras.

O socorro ao setor está sendo conduzido diretamente pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, apurou o Valor. Nesta semana, a Petrobras anunciou que passará a investir em usinas consolidadas, e não apenas em projetos de construção de novas indústrias ("greenfield"). O BNDES avalia a renegociação de R\$ 3,45 bilhões em dívidas das usinas.

O Palácio do Planalto quer evitar uma onda de compra de empresas do setor por multinacionais e busca fortalecer os principais grupos brasileiros produtores de açúcar e etanol. Incentivos a fusões e aquisições, mesmo sob risco de concentração do setor, podem ser uma solução oficial.

O cenário está cada vez mais complicado para as usinas. A falta de crédito derivada da crise financeira global somou-se aos preços baixos do álcool em plena entressafra. Em fevereiro, as cotações do álcool hidratado recuaram cerca de 12%. Sem capital de giro nem condições de oferecer garantias adicionais em empréstimos, as empresas buscavam recursos oficiais para bancar os altos custos de carregamento de seus estoques.

O financiamento do tipo "warrantagem", em que os estoques são a garantia dos empréstimos, não era oferecido desde a safra 2004/05. "O governo está bem envolvido na solução dos problemas do setor. Nosso pedido era de R\$ 3,5 bilhões, mas ficou de bom tamanho", resume o coordenador nacional do Fórum de Lideranças do Setor Sucroalcooleiro, Anísio Tormena. A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) considerou a medida muito positiva, uma vez que pode dar equilíbrio ao mercado.

O governo admite o socorro ao setor. "Se não fizéssemos isso, teríamos uma superoferta e queda de preços", disse o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. A linha de seis meses será operada pelo BNDES com prazo de seis meses a partir de maio. Os juros devem ficar em torno de 10% ao ano. O dinheiro virá do BNDES porque os recursos da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) encurtaram para R\$ 3 bilhões após redução desse imposto sobre os combustíveis, de R\$ 0,28 para R\$ 0,18 por litro.

As usinas insistem em renegociar as dívidas com BNDES, Banco do Brasil, tradings e fundos de investimento. "Não vai ter outra solução", afirma Tormena, que também preside a Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Paraná (Alcopar). O setor pressiona o governo para evitar uma redução nos preços da gasolina, o que rebaixaria o teto para o etanol. E reivindica mais capital de giro, financiamento para tradings com Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs) e empréstimos aos produtores para plantio da matéria-prima. O mercado está inundado de etanol porque as usinas têm vendido estoques para ter caixa, o que deprime ainda mais as cotações. As vendas de carros "flex" tiveram tímida recuperação e a oferta de etanol, mesmo na entressafra, se manteve.

Hoje, o setor terá reunião com o BNDES para tratar do Programa Especial de Crédito, que poderia auxiliar na recomposição do capital de giro. Há R\$ 6 bilhões nessa linha com juros mais baixos e prazo mais longos, além de autorização para operar com penhor de safra.

Alavancadas, a crise das usinas sucroalcooleiras é anterior à turbulência financeira global. Muitas se endividaram ao anunciar megaprojetos de novas usinas. Foram mais de 200 projetos anunciados entre 2005 e 2008, mas menos da metade saiu do papel.

Na quarta-feira, a Petrobras anunciou um plano de investimento ambicioso para o mercado de etanol, que prevê aportes de US\$ 2,4 bilhões na produção de biodiesel e etanol para o período de 2009-2013. Deste total, 80% serão destinados ao etanol.

A grande novidade neste plano da estatal é que a companhia admite obter participação de 20% a 40% em usinas já em operação. Nos anúncios anteriores, a estatal admitia participação de 20% e em projetos "greenfield".

A estatal deverá se associar a empresas do setor como "avalista" em grupos com dificuldades financeiras pontuais, afirmam fontes ouvidas pelo Valor. Para um empresário do setor, essas parcerias podem até não sair do papel. "A Petrobras tentou fazer isso outras vezes, mas não deu em nada."

Vale lembrar que no ano passado a estatal anunciou sociedade minoritária em uma usina em Itarumã, em Goiás, em parceria com produtores locais, mas o projeto ainda não foi levado adiante. Procuradas, a Petrobras e o BNDES não se manifestaram sobre o assunto.

Disputa pela Santelisa já começa a se afunilar – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico
– Agronegócios – 06/03/2009

Pelo menos dois grupos e um gestor de fundos estão mais próximos de chegar a um acordo com a Santelisa Vale, de Sertãozinho (SP). As propostas da americana Bunge, da francesa Louis Dreyfus Commodities e da gestora de investimento BTG, do empresário André Esteves, foram apontadas como as mais interessantes para a Santelisa Vale. Isso não quer dizer, porém, que não há risco de reviravoltas.

Na quarta-feira à tarde, acionistas e executivos do grupo sucroalcooleiro estiveram na sede do BNDES, no Rio, para discutir as ofertas que chegaram ao grupo. "Foi uma discussão entre sócios", disse uma fonte familiarizada com a negociação. O BNDESPar, braço do BNDES, também tem participação na Santelisa.

Também estão no páreo para uma possível parceria os grupos ETH, do Odebrecht; ADM, Cosan, São Martinho e GP Investimentos. A Santelisa estipulou um prazo até o próximo dia 15 para definir seu novo parceiro estratégico. A estatal Petrobras foi apontada na quinta-feira no mercado como uma possível nova sócia da companhia, mas as duas empresas negaram a informação.

Altamente endividada (cerca de R\$ 3 bilhões), a Santelisa vive uma espécie de "concordata branca". A empresa não está pagando seus principais credores.

Para evitar um pedido de recuperação judicial, o grupo está se empenhando para encontrar uma solução para tirar a empresa da atual situação delicada que se encontra. Mas os possíveis sócios encontram uma forte barreira para fechar o negócio. "A família Biagi [principais acionistas da empresa] não quer abrir mão do controle", afirmou uma fonte. Nenhum dos possíveis investidores quer abrir mão de ser acionista majoritário, caso feche o negócio.

Nos últimos três meses, o grupo fez contratações de peso para tentar colocar a empresa no rumo. Luiz Kauffmann, ex-Medial Saúde, foi contratado para assumir a presidência consultiva da companhia. Kauffmann foi apresentado aos executivos do BNDES na última quarta-feira. André Mastrobuono, ex-Parmalat, foi contratado como CEO da companhia.

Para fazer caixa, a empresa está estudando se desfazer de alguns ativos, entre eles, fazendas e participações pequenas em empresas. O projeto com a Dow para o polo álcoolquímico foi adiado temporariamente. A companhia também estuda vender sua participação na Tropical Bionergia, cujos sócios são os grupos British Petroleum (BP) e Maeda. Procurada, a Santelisa não comenta o assunto. (MS)

Nova liminar da Justiça do MT inverte ônus da prova e favorece agricultores – Valor Econômico – Agronegócios – 06/03/2009

A Justiça Estadual de Mato Grosso interveio novamente na relação entre produtores rurais e bancos ao conceder decisão liminar, na última quarta-feira, invertendo o ônus da prova e obrigando as instituições financeiras a justificar a exigência de novas garantias para proceder a renegociação das dívidas com programas de investimentos.

Em nova decisão inédita, o juiz substituto da Vara de Ações Cíveis Públicas e Ações Populares, Marcio Aparecido Guedes, determinou aos bancos que informem aos associados da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) quais serão as garantias exigidas dos produtores, além de justificá-las, bem como apresentar o demonstrativo de débito de cada produtor, a chamada "conta gráfica".

No fim de fevereiro passado, a Justiça de Mato Grosso havia determinado aos bancos a obrigatoriedade de renegociar as dívidas de investimento. Em resposta a um recurso da própria Famato, chamado embargo de declaração, o juiz reafirmou a decisão anterior. Os bancos terão agora que proceder à prorrogação dos prazos dos contratos dentro das renegociações das operações de crédito rural, diluindo os saldos devedores, em razão da obrigatoriedade prevista na Súmula 298 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Dessa forma, os bancos ficariam obrigados a conceder novos créditos para os produtores repactuarem seus débitos. "É uma relação de consumo. Por isso, o juiz decidiu pela inversão do ônus da prova e a apresentação de planilha do saldo devedor. Até agora era o produtor que precisava oferecer essa prova", resume o advogado da Famato, José Guilherme Júnior. "O banco até pode exigir garantia, mas tem que explicar o porquê".

Os produtores têm que pagar um "pedágio" de 40% do passivo, ou cerca de R\$ 1 bilhão, até 15 de março para garantir o refinanciamento. A decisão beneficia quem manifestou interesse formal em renegociar débitos até 12 de dezembro de 2008. Alguns bancos vinham se recusando a refinarciar as dívidas em razão do alto grau de endividamento e do risco de crédito do setor.

Além disso, a Lei da Renegociação, editada em setembro do ano passado, apenas autorizava uma nova rolagem das dívidas, e não obrigava as instituições financeiras a atender aos pedidos dos produtores. Em novembro de 2008, o governo criou uma nova linha de R\$ 500 milhões para auxiliar a rolagem dos débitos dos produtores do Centro-Oeste com a compra de máquinas e equipamentos.(MZ)

Álcool não, etanol – Valor Econômico – Agronegócios – 09/03/2009

A ANP informou que realizou na sexta-feira, no Rio, audiência pública para discutir a permissão para o uso da palavra "etanol" nas bombas dos postos de combustível no lugar do nome "álcool comum". A agência recebeu, em um mês, 15 manifestações da sociedade sobre o tema, todas favoráveis ao uso da palavra "etanol". As manifestações foram de 13 entidades ligadas ao setor sucroenergético. Todas as manifestações serão examinadas pela ANP, que tem 30 dias para tomar a decisão final.

Etanol em queda - - Valor Econômico – Agronegócios – 09/03/2009

O litro do álcool anidro vendido pelas usinas às distribuidoras de combustíveis encerrou a semana passada em R\$ 0,7818, em média, no Estado de São Paulo, em queda de 5,58% em relação à semana anterior, segundo o Cepea/Esalq. O hidratado recuou 2,54%, para R\$ 0,6927 o litro.

Grupo Cosan é o novo dono da Nova América – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 13/03/2009

O grupo Cosan será o novo controlador da Nova América Agroenergia, e, mais do que nunca, o maior produtor de açúcar e álcool do mundo. A aquisição não prevê desembolso financeiro, já que será realizada por meio de troca de ações. Com isso, a holding Rezende Barbosa, controladora da Nova América, vai se tornar uma das maiores acionistas da Cosan, com participação pouco superior a 10%, conforme apurou o Valor.

As duas companhias estavam em negociações intensas nos últimos dois meses. No meio do caminho, a Cosan obteve prioridade no negócio em relação a outros concorrentes, entre os quais a multinacional americana Bunge e a ETH, do grupo Odebrecht.



Com a incorporação da Nova América, a capacidade de moagem da Cosan superará 60 milhões de toneladas de cana por safra, e o número de usinas do grupo saltará para 23. A companhia tem 18 unidades em operação e uma planta que será inaugurada este ano em Jataí (GO). Na última safra (2008/09), as usinas da empresa processaram 44,2 milhões de toneladas. As quatro da Nova América (três em São Paulo e uma em Mato Grosso do Sul) moeram cerca de 11 milhões de toneladas.

Com o negócio, a Cosan passará a controlar as duas refinarias de açúcar da Nova América e quatro unidades empacotadoras de açúcar. Também ficará com os 51% que ainda não detém do Teaçú Armazéns Gerais, terminal portuário de exportação de açúcar em Santos (SP), além de 8% no Terminal de Álcool de Santos (Teas).

O grupo também se tornará líder absoluto no varejo de açúcar com a incorporação da marca União. A Cosan já era a vice no segmento, com a marca Da Barra. A descontinuidade dessa marca ainda não entrou em discussão. A Cosan tentou há alguns anos emplacar a Da Barra no varejo criando um leque de produtos sob o mesmo guarda-chuva da marca, mas não teve um retorno desejado. Com a União, terá maior mobilidade para avançar neste segmento.

Tradicional no setor, a Nova América, com faturamento de R\$ 1,1 bilhão na safra 2007/08, encontra-se em situação financeira delicada desde o ano passado. O golpe mais duro foi sentido em agosto, quando o grupo teve de liquidar uma dívida de cerca de R\$ 300 milhões, referente à emissão de debêntures em julho de 2007 e que venceria originalmente em 2013. Como não cumpriu algumas das cláusulas de restrições ("covenants") impostas pelos seus credores à época da emissão dos títulos, o pagamento da dívida teve de ser antecipado. Também na mesma época, o grupo chegou a negociar a compra da usina paulista Pau D'Alho, mas a aquisição não chegou a ser concluída.

Desde o segundo semestre de 2008, a Nova América estava negociando a entrada de um sócio estratégico para dar continuidade aos seus projetos. Controlada pela família Rezende Barbosa, a companhia tem grande tradição na produção de açúcar e álcool e laranja, além de atuar em pecuária. O passivo financeiro do grupo soma aproximadamente R\$ 1,15 bilhão, boa parte comprometido com o BNDES e em certificados de creditórios do agronegócio, segundo fontes do setor.

Cosan e Nova América são parceiras antigas, o que pode ter facilitado a transação. Os dois grupos firmaram acordos na área logística, com destaque para o Teaçú em Santos, na qual a Nova América tem expertise.

Maior agente consolidador do setor, o grupo Cosan informou em recentes entrevistas ao Valor que as futuras aquisições seriam com troca de ações. O valor de mercado da empresa é de R\$ 3,5 bilhões, segundo o Valor Data. Ontem, a ação fechou a R\$ 10,65. Desde o início do ano, acumula baixa de 5,25%; desde que começou a ser negociada no Novo Mercado da Bovespa, a queda é de 31%.

O grupo também é apontado como um dos interessados em firmar parceria com a Santelisa Vale, de Sertãozinho (SP), que se encontra em situação financeira delicada. A Santelisa receberá até o dia 15 as propostas dos interessados e tem até o fim do mês para definir com quem fará essa possível parceria. Fontes do setor afirmam que a Cosan tem forte interesse em fechar sociedade, mas encontra muita resistência da família Biagi, principais controladores da Santelisa.

Previsão para a soja – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 13/03/2009

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) reduziu sua projeção para a produção brasileira de soja na safra 2008/09. Em vez das 58,1 milhões de toneladas estimadas em fevereiro, a previsão apresentada nesta quinta-feira foi de 57,7 milhões de toneladas. A estimativa de fevereiro já era menor que a do mês anterior em virtude da estiagem que abateu o Sul do país e Mato Grosso do Sul. Com a previsão de embarques de soja em grão de 24,5 milhões de toneladas, ou 500 mil a menos que a projeção anterior, também foi feito ajuste na estimativa de estoques iniciais, que subiu de 1,5 milhão para 2 milhões de toneladas. Na safra 2007/08, a produção de soja foi de 59,9 milhões de toneladas, segundo a Abiove.

ETANOL VERDE – Sítio Eletrônico da ABAG – 31/03/2009

UNICA e BASF fazem parceria para fortalecer Campanha Etanol Verde.

São Paulo, 31/03/2009 – A UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), principal entidade representativa do setor sucroenergético brasileiro, e a BASF, uma das maiores

empresas de defensivos agrícolas do País, anunciam parceria em torno da campanha Etanol Verde – uma atitude inteligente. O objetivo é esclarecer a sociedade sobre as vantagens do biocombustível e a necessidade de se investir no crescimento tecnológico sustentável do Brasil. A campanha será difundida por meio de uma cartilha, que explica passo a passo o que é o etanol brasileiro, quais suas funções e vantagens.

Uma das líderes em defensivos agrícolas para cana-de-açúcar, fornecendo soluções que proporcionam aumento de produtividade no campo, a BASF busca contribuir com o desenvolvimento de práticas sustentáveis para o setor sucroenergético. Esta parceria abre a possibilidade de estreitar o relacionamento com clientes do mercado sucroalcooleiro, que hoje utilizam a linha de produtos destinados ao manejo da cana-de-açúcar para combater pragas e plantas daninhas. As soluções em inseticidas e herbicidas do portfólio buscam atender as expectativas dos produtores que buscam soluções inovadoras para assegurar a sanidade da lavoura e com isso aumentar sua rentabilidade.

A cartilha é uma iniciativa da UNICA para conscientizar a sociedade das inúmeras vantagens do etanol como alternativa aos combustíveis fósseis, que não se restringem apenas à economia em relação ao preço da gasolina. Há ainda os benefícios obtidos com menos emissões de CO₂ pelos veículos e a conseqüente redução do aquecimento global; a geração de cerca de um milhão de empregos no setor sucroenergético; o desenvolvimento tecnológico alcançado pelo País e a criação de um modelo econômico que pode beneficiar também a uma centena de países em desenvolvimento, localizados em regiões tropicais, que também são produtores de cana.

“Participar da campanha Etanol Verde, promovida pela UNICA, foi o caminho encontrado pela BASF para colocar em prática sua política de sustentabilidade, contribuindo com o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma responsável, e ao mesmo tempo consolidando-se no mercado como uma das principais fornecedoras de insumos energéticos. Temos apoiado iniciativas para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, bem como ações educacionais que promovam conhecimento em diferentes áreas de atuação no mercado, e a cartilha é uma excelente oportunidade para isto”, enfatiza Eduardo Leduc, Diretor de Proteção de Cultivos da BASF no Brasil.

Para o presidente da UNICA, Marcos Jank, o etanol representa um futuro energético mais seguro e mais limpo para o mundo e a alternativa brasileira tem se mostrado como a melhor opção. “Os benefícios do etanol da cana-de-açúcar já são nossos conhecidos há mais de 30 anos, mas ainda convivemos com tabus e somente através do processo educativo poderemos transformar visões distorcidas sobre um combustível que tem um potencial enorme do ponto de vista da sustentabilidade do planeta, para a qual já faz uma contribuição significativa”, diz Jank.

Dentre as ações previstas, a BASF irá distribuir a cartilha para seus públicos de relacionamento direto, como colaboradores, parceiros comerciais (revendas e cooperativas) e clientes. O material está sendo utilizado como encarte nos veículos de comunicação interna e externa da companhia. Além disso, será distribuído em eventos sobre o mercado de cana-de-açúcar em que a empresa irá participar.

Etanol: combustível alternativo

O etanol tem diversas vantagens sobre a gasolina e, por isso, vem sendo usado de forma crescente. Uma delas é o preço. Além disso, ele proporciona mais potência, força de arranque e velocidade ao carro. Essas vantagens se somam ao grande benefício do produto para o meio ambiente, pois o etanol rende nove vezes mais energia do que o combustível fóssil consumido em sua produção, o que contribui para redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. Segundo a Agência Internacional de Energia, esta redução pode ser de até 90% na comparação com a gasolina, com base em análise realizada em todo o ciclo de vida do produto.

Em 2008, a safra brasileira de etanol de cana-de-açúcar atingiu cerca de 22,3 bilhões de litros. Consumido nos motores dos veículos, esse volume de etanol evitaria a emissão de 53 milhões de toneladas de gás carbônico, equivalente à absorção de CO₂ por uma floresta adulta de 100 milhões de árvores.

O processo de fabricação do etanol também pode produzir eletricidade, de forma limpa e renovável. A chamada bioeletricidade é gerada pela queima de biomassa, neste caso o bagaço e a palha da cana-de-açúcar, em caldeiras de alta pressão. O setor sucroenergético tem potencial de gerar 14.400 megawatts médios até o final da próxima década, o que equivale a 15% das necessidades projetadas do país em 2020. A bioeletricidade irá gerar renda, milhares de empregos e movimentar uma pujante indústria nacional de equipamentos.

Sobre a BASF

A BASF é a empresa química líder mundial: The Chemical Company. Seu portfólio de produtos oferece desde químicos, plásticos, produtos de performance, produtos para agricultura e química fina até petróleo e gás natural. Como uma parceira confiável, a BASF ajuda seus clientes de todas as indústrias a atingir ainda mais o sucesso. Com seus produtos de alto valor e soluções inteligentes, a BASF tem um papel importante para encontrar respostas a desafios globais como proteção climática, eficiência energética, nutrição e mobilidade. A BASF conta com aproximadamente 97.000 colaboradores e contabilizou suas vendas em mais de 62 bilhões de euros em 2008. As ações da BASF são atualmente negociadas nas bolsas de valores de Frankfurt (BAS), Londres (BFA) e Zurique (AN). Mais informações sobre a BASF estão disponíveis no endereço www.basf.com.

Sobre a UNICA:

A UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar é a entidade representativa das principais unidades produtoras de açúcar e etanol da região Centro-Sul do Brasil, principalmente do Estado de São Paulo. As 118 usinas associadas da UNICA são responsáveis por mais de 50% da produção nacional de cana e 60% da produção de etanol. Na safra (2007/08), o Brasil produziu 490 milhões de toneladas de cana, matéria-prima utilizada para a produção de 30,5 milhões de toneladas de açúcar e 22,3 bilhões de litros de álcool. Fonte: Assessoria Basf, Ana Carolina Reis.

Usinas multadas por trabalho degradante têm R\$ 1 bi do BNDES – Eduardp Scolese –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/03/2009

Autuações foram aplicadas em razão de alojamentos precários, jornadas extenuantes e falta de equipamentos de proteção

Usinas de açúcar e álcool, que estão instaladas no interior de Goiás, dizem que buscaram se readequar às normas trabalhistas

Relatórios do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) cruzados com dados do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho revelam que, no ano passado, o banco desembolsou R\$ 1,1 bilhão para três usinas de açúcar e álcool multadas pela situação degradante de trabalhadores -duas das multas foram aplicadas antes da liberação dos recursos.

Segundo os documentos, as multas foram aplicadas em 2008, totalizam R\$ 540 mil e têm como justificativa a contratação de trabalhadores por meio de "gatos" (como são chamados os aliciadores desse tipo de mão-de-obra), alojamentos precários, jornadas extenuantes, transporte irregular e falta de equipamentos de proteção.

O BNDES, cuja propaganda institucional fala em "cláusulas socioambientais" nos contratos desde dezembro de 2007, declara não ter competência legal para julgar empresas sob investigação, mas, diante de uma eventual condenação, poderá suspender ou revisar os contratos (leia texto ao lado).

As três usinas estão instaladas no interior de Goiás. Nenhuma delas, porém, aparece na "lista suja" do Ministério do Trabalho, em que estão as empresas que tenham sido flagradas com trabalhadores em condição análoga à de escravos.

Apesar da situação degradante relatada, não foi detectada a "servidão por dívida", quando os funcionários são forçados a ficar nas propriedades até saldarem débitos contraídos com os empregadores na "compra" de alimentos, roupas e equipamentos de trabalho.

Contratos e flagrantes

A Usina São João Açúcar e Álcool, por exemplo, recebeu R\$ 456,6 milhões do BNDES para ampliar duas usinas no interior de Goiás. Uma delas, a Agropecuária Campo Alto, em Quirinópolis (294 km de Goiânia), teve no ano passado 24 autos de infração, com 421 encontrados em situação degradante, com más condições de alojamento e falta de equipamentos de proteção individual, segundo o Ministério do Trabalho. A fiscalização ocorreu em maio (multa de R\$ 176,6 mil), e o contrato foi assinado em junho.

A Rio Claro Agroindustrial recebeu R\$ 419,5 milhões para implantar três unidades de processamento de cana. Numa delas, em Caçu (340 km de Goiânia), foram encontradas más condições de alojamento e falta de equipamentos de proteção. O Ministério Público do Trabalho fala em "situação de degradância" na localização dos trabalhadores. A fiscalização ocorreu em fevereiro (com multa de R\$ 234,6 mil), e o contrato com o BNDES foi fechado em dezembro.

A Usina Porto das Águas recebeu R\$ 278,9 milhões para uma unidade em Chapadão do Céu (595 km de Goiânia). Nessa unidade, além de denúncias de trabalhadores aliciados por "gatos" e submetidos a trabalho degradante, foram encontradas más condições de alojamento e falta de equipamento. O contrato foi assinado em maio, e a fiscalização ocorreu em junho, com multa de R\$ 128,6 mil.

As empresas dizem que buscaram se readequar às normas trabalhistas.

Banco diz que pode rescindir contratos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/03/2009

O BNDES disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que "não tem competência legal e não poderia prejudicar empresas sob investigação" e que, caso algum processo instaurado pelo Ministério Público gere condenação judicial, poderá rescindir por justa causa o contrato.

"O BNDES só contrata um financiamento após cumpridas todas as regras previstas pela lei e pelo seu regulamento, inclusive a checagem do cadastro do Ministério do Trabalho que lista empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo. Os [três] clientes em questão, no momento da contratação dos respectivos financiamentos, não se encontravam na referida lista", afirma o banco.

O BNDES diz, porém, que tais desembolsos podem ser suspensos em meio ao contrato, caso as empresas sejam incluídas na "lista suja" do governo federal.

O banco afirma que "cláusulas socioambientais" foram incorporadas em todos os contratos a partir de dezembro de 2007, mas que, até hoje, não houve nenhuma suspensão de financiamento por conta disso. "Contudo o BNDES está atento e atuará sempre que receber denúncias que possam, do ponto de vista jurídico, autorizar a suspensão e/ou a rescisão contratual."

Usinas

Procuradas pela **Folha**, a Rio Claro Agroindustrial e a Usina Porto das Águas disseram que, após as visitas dos fiscais e das consequentes multas, buscaram se readequar às normas trabalhistas.

A Rio Claro Agroindustrial, por exemplo, firmou no início deste mês um TAC (termo de ajustamento de conduta) com o Ministério Público do Trabalho em que se comprometeu a regularizar e manter os direitos trabalhistas e de segurança dos seus funcionários.

Já a Usina Porto das Águas afirma que as condições de trabalho foram ajustadas e ainda negocia com o Ministério Público do Trabalho a assinatura de um TAC, o que, segundo a empresa, deve ocorrer nas próximas semanas. A empresa diz que o flagrante na usina ocorreu antes de qualquer tipo de alerta dos fiscais do trabalho.

Também procurada pela reportagem, a Agropecuária Campo Alto, braço da Usina São João, limitou-se a dizer que "a questão continua pendente de decisão judicial definitiva".

Preço do álcool desaba na usina, mas não cai no posto – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/03/2009

Na entressafra, cotações voltam a níveis de junho, quando produção está no pico

Diferença de preço entre a bomba dos postos e a porta das usinas de álcool chega a 105%; já cotações de açúcar sobem, aliviando produtor

Em plena entressafra, os preços do álcool desabam nas usinas e já estão próximos dos menores valores registrados durante toda a safra. Os preços caíram tanto que já se equiparam aos de junho, quando as usinas estavam com produção a todo o vapor.

A situação é muito ruim para as usinas, porque elas necessitam de caixa neste momento de crédito curto provocado pela crise financeira mundial. E os consumidores também não são muito beneficiados devido à demora com que a queda chega às bombas - quando chega.

Em alguns postos paulistanos, a diferença no preço do álcool nas bombas para o da porta das usinas chegou a 105% nesta semana. Na média dos postos, a diferença fica em 79%.

Mas, se as usinas perdem no álcool, ganham no açúcar. Os preços da saca do açúcar cristal subiram 62% na porta das usinas nos últimos quatro meses. E aqui os consumidores já começam a sentir a oscilação. Nos últimos 30 dias, os preços do açúcar subiram 9% no varejo, conforme pesquisa da Fipe.

O Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, que acompanha semanalmente os preços desses produtos, registrou média de só R\$ 0,6396 por litro de álcool hidratado nas usinas. Nas últimas seis semanas, o produto acumula queda de 22%. Já o anidro, que é misturado à gasolina, caiu para R\$ 0,7234 por litro. Esses valores não incluem impostos.

A queda nos preços do álcool se deve a vários fatores. Um dos principais é a crise global, que fechou a torneira do crédito às empresas, que investiram muito nos últimos anos. Para fazer caixa, as usinas desovam estoques, depreciando os preços.

Já a alta do açúcar é provocada pelo déficit mundial de pelo menos 5 milhões de toneladas na oferta neste ano. A Índia, um dos principais exportadores, teve quebra de produção -e passou a ser importadora.

Com esse cenário de alta no açúcar e de queda no álcool, os usineiros têm grande vantagem em produzir açúcar. Em uma tonelada de cana, as usinas conseguem 2,5 sacas de açúcar, obtendo R\$ 100, já excluídos os impostos. Já as que estão produzindo álcool conseguem, em média, 85 litros com uma tonelada, com renda de R\$ 55. Como o açúcar tem perspectiva de alta, os usineiros que têm os dois produtos em estoque desovam álcool para fazer caixa, à espera da recuperação ainda maior do açúcar. Colocando mais álcool no mercado, derrubam ainda mais o preço.

O problema para muitas usinas é que boa parte dos novos investimentos foi feita só para produzir álcool no boom do setor pré-crise. Sem a flexibilidade de produzir açúcar ou álcool, elas têm mais prejuízo.

E o preço do biocombustível pode cair ainda mais justamente porque esses pesados investimentos aumentarão muito a produção. O resultado é que grandes usinas acumulam prejuízos e procuram sócios ou são vendidas.

Na usina, álcool tem menor preço em 17 meses – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/03/2009

Os preços do álcool despencaram nesta semana na porta das usinas paulistas, caindo para os menores patamares desde outubro de 2007. Em plena entressafra, o álcool hidratado -utilizado diretamente no tanque dos veículos- acumula queda de 28% nas últimas sete semanas. O anidro, que é misturado à gasolina, perdeu 22% no período.

Essa queda acentuada nos preços do álcool nas usinas ainda está longe dos consumidores finais. Nas últimas sete semanas, os preços do álcool caíram 1,6% nas bombas dos postos de São Paulo. Já a gasolina teve recuo de 0,37%.

A pesquisa de preços do álcool nas usinas é do Cepea, que registrou média de R\$ 0,5926 por litro para o hidratado e de R\$ 0,6809 para o anidro na semana. Necessidade de caixa e proximidade do início da nova safra fazem as usinas desovarem ainda mais produto no mercado, depreciando os preços com maior velocidade. (MZ)

Cana-de-açúcar avança em Mato Grosso – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/03/2009

Os produtores de Mato Grosso se preparam para colher, a partir do início do próximo mês, a maior safra de cana-de-açúcar dos últimos seis anos. De acordo com números do Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras de Mato Grosso (Sindalcool-MT), serão processadas 15,84 milhões de toneladas de cana, o que resultará também na maior produção de álcool e açúcar desde o plantio da safra 2003/04.

Na comparação com a safra passada, a área plantada com cana cresceu 8% no Estado. O diretor-executivo do Sindalcool-MT, Jorge dos Santos, garantiu, no entanto, que a floresta Amazônica não foi desmatada para dar lugar aos canaviais. “A cana foi plantada em áreas de pasto que estavam abandonadas”, explicou.

Ele lembrou que ainda há potencial para crescimento da produção de cana no Estado, já que na região do município de Alto Taquari cerca de dois milhões de hectares que antes eram destinados à pecuária de corte poderão ser convertidos para a cana. “Com a modernização da pecuária, outros segmentos poderão ocupar as áreas de pastagens”, enfatizou.

No município, uma nova usina com capacidade para esmagar três milhões de toneladas de cana ocupará uma área de 35 mil hectares a partir do ano que vem. Santos lembrou que, apesar de registrar recorde de produção, o crescimento sobre a safra 2007/08, que foi colhida até novembro do ano passado, será de apenas 6,1%.

O crescimento na produção de cana no Estado também é justificado pela melhora das condições climáticas, que reduziram a produção nas últimas duas safras. “Foram dois anos de seca”, disse o executivo. Na safra 2007/08, os produtores de Mato Grosso colheram 14,93 milhões de toneladas de cana. Do total de 216 mil hectares destinados à cultura na safra atual, 212,9 mil hectares serão destinados à produção de álcool e açúcar, e o restante, 3,15 mil hectares serão destinados à produção de mudas, mostra o estudo que foi feito junto a 11 unidades produtoras.

De acordo com previsões do sindicato, Mato Grosso produzirá 904 milhões de litros de álcool, entre anidro (376,14 milhões de litros) e hidratado (528,4 milhões). Na safra passada, a produção total foi de 893,2 milhões de litros).

A produção de açúcar deve somar 566 mil toneladas, crescimento na comparação com a safra passada, quando a produção foi de 536,2 mil toneladas. No mercado interno, Paraná, São Paulo, Goiás e Pará estão entre os destinos do açúcar e do álcool produzidos no Estado. No mercado externo, o açúcar é vendido para Ásia, África e Europa. Até o momento Mato Grosso não exportou álcool.

Apesar do crescimento na produção, ele avaliou que o cenário não é positivo, porque no ano passado havia grande quantidade de álcool para ser exportado, cuja venda não se concretizou. Com isso houve excesso de oferta do produto no mercado, provocando a depreciação nos preços. “No ano passado tivemos álcool vendido na bomba a R\$ 1,05, sendo que o ideal é o preço praticado na entressafra, que é em torno de R\$ 1,60”, disse. Para ele, faltam políticas públicas que permitam a armazenagem do produto em excesso durante a safra.

Energia solar nas casas do PAC vai virar realidade – Sítio Eletrônico do MMA – 24/03/2009

O governo vai adotar o uso de energia solar térmica em substituição aos chuveiros elétricos em casas populares construídas pelo PAC da Habitação. Com a presença do ministro Carlos Minc, será assinado nesta quarta-feira, às 11h, no Palácio do Itamaraty, acordo de cooperação entre Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Minas e Energia (MME) e Caixa Econômica Federal (CEF).

A mudança na matriz energética faz parte das ações que vêm sendo adotados pelo MMA como forma de mitigação dos efeitos do aquecimento global. O Ministério do Meio Ambiente deverá instituir um programa para incentivar o uso de aquecimento solar de água, viável em várias regiões do País. A disseminação do programa está prevista no Plano Nacional sobre Mudanças do Clima e visa diminuir a demanda por energia gerada em hidrelétricas, fontes que emitem gases estufas. O programa vai lembrar aos brasileiros que a

energia solar tem vantagens incomparáveis a qualquer outra forma de captação convencional. Além de ter uma fonte totalmente natural, ecológica, gratuita, que não agride o meio ambiente, é inesgotável.

O chuveiro elétrico é responsável por um terço da energia elétrica consumida em uma residência. Conforme levantamentos, cerca de 5% do consumo nacional de energia elétrica é usado no aquecimento de água para banho. Mesmo eficientes do ponto de vista de conversão de energia elétrica em térmica, seu uso não é considerado eficiente sob o ponto de vista da utilização da eletricidade. Assim, um sistema misto elétrico-solar torna possível obter até 80% da energia renovável e usar apenas 20% de energia elétrica.

A iniciativa tem por base experiência colocada em prática no Rio de Janeiro, onde a energia solar térmica vem substituindo a elétrica desde 2007. Decreto do governador Sérgio Cabral manda que obras públicas e obras financiadas pelo governo carioca incluam este tipo de fonte.

Preços do álcool caem – Valor econômico – Agronegócio – 16/03/2009

Os preços do álcool combustível continuam em queda, sem perspectivas de suporte até o início da nova safra. Levantamento do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) mostra que o litro do anidro fechou sexta-feira a R\$ 0,7657 (sem impostos), baixa de 2,06% sobre a semana anterior. O hidratado recuou 1,7%, para R\$ 0,6809 (sem impostos).

Apesar da crise, faturamento das usinas deve crescer 11% - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 19/03/2009

Apesar da crise financeira pela qual diversas usinas de açúcar e álcool passam atualmente, o segmento deverá fechar esta safra, a 2008/09, com um faturamento de R\$ 51 bilhões, 10,8% maior que no ciclo 2007/08. A elevação da receita reflete sobretudo o maior volume de cana processado, mas também a recuperação dos preços médios do açúcar nos últimos meses, segundo Josias Messias, diretor do Procana - Centro de Informações Sucroalcooleiras.

A expectativa para a nova safra, a 2009/10, é de que a receita do setor aumente até 12%, atingindo, se confirmadas as estimativas, R\$ 57 bilhões, impulsionada pela valorização do açúcar no mercado internacional. Esse valor considera as vendas de açúcar, álcool, energia a partir da biomassa, melaço, levedura e outros subprodutos da cana de 373 usinas em operação no país.

"O aumento do faturamento na safra 2009/10 terá maior influência da recuperação dos preços da commodity", disse Messias. "Mas, mesmo assim, esta será uma safra de ajustes, não de recuperação."

A situação financeira das usinas continua e se manterá delicada nos próximos meses, segundo analistas ouvidos pelo Valor. A dificuldade de obter crédito no mercado tem levado as empresas do setor a processar mais cana para fazer caixa e a puxar o freio nos investimentos.

Os aportes em novos projetos ficarão para segundo plano, concentrados apenas em grupos mais capitalizados. O Procana estima que os investimentos das usinas na temporada 2009/10 deverão ficar em R\$ 6 bilhões, os mesmos valores do ciclo anterior. "Esses aportes não serão em novos projetos, mas em unidades existentes", afirmou.

Segundo ele, a produção de cana no Brasil deverá ficar em 560 milhões de toneladas em 2008/09, em linha com as principais consultorias do setor. Em relação ao ciclo 2007/08, houve um crescimento de 12%. A produção de açúcar deverá ficar em 32 milhões de toneladas, os mesmos volumes da safra anterior, com exportações de 20 milhões de toneladas do produto. Para o álcool, a oferta no país ficará em 27 bilhões de litros, aumento de 20%, com embarques de 5 bilhões de litros, com alta de 43% sobre o ciclo anterior.

Para a nova safra, as estimativas do Procana ainda são preliminares. A expectativa é de que a moagem aumente cerca de 10%.

Ontem, os preços futuros do açúcar fecharam em alta nas bolsas internacionais. Em Nova York, os contratos para julho encerraram a 13,63 centavos de dólar por libra-peso, com aumento de 16 pontos. No ano, a commodity acumula valorização de 10,8%. Em 12 meses, a alta é de 9,7%. Na bolsa de Londres, os contratos para agosto encerraram o dia a US\$ 399,20 a tonelada, aumento de US\$ 4,90.

A recuperação dos preços do açúcar tem estimulado as usinas do setor a rever seu mix de produção. A safra continuará mais alcooleira, mas não tão próxima dos 60% como o observado neste ciclo. A alta dos preços da commodity reflete a menor oferta de açúcar da Índia na safra 2009/10, o segundo maior produtor mundial, atrás do Brasil.

Gerdau pára usina – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 23/03/2009

Um mês depois de divulgar uma queda de 67,1% no lucro líquido consolidado do quarto trimestre de 2008 em relação ao mesmo período do ano anterior por conta da crise econômica, para R\$ 311 milhões, o grupo Gerdau anunciou na sexta-feira a paralisação da

usina de Araçariguama (SP). Inaugurada em março de 2006 com investimentos de R\$ 500 milhões e capacidade para produzir 900 mil toneladas de aço por ano, a usina só voltará a operar "entre o fim de março e o início de abril", informou o grupo, em nota oficial. No comunicado, o grupo informou que a unidade foi paralisada "devido à redução da demanda em razão do novo cenário econômico". A retração do setor siderúrgico já havia provocado a suspensão das operações industriais da usina Gerdau Riograndense, em Sapucaia do Sul (RS) de 15 de dezembro a 4 de janeiro. Antes, a empresa também comunicou a redução da produção de ferro-gusa na Açominas de 15 de dezembro a 15 de março e a paralisação da Siderperú de 24 de novembro até janeiro devido à antecipação dos serviços de manutenção.

Petróleo segue em alta – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 23/03/2009

Os preços do petróleo encerraram em direções opostas na sexta-feira. O contrato mais líquido negociado em Nova York, cujo vencimento expira na sexta-feira, fechou em queda. Já os demais contratos, incluindo Londres, encerraram com valorização, movidos pelo otimismo gerado pelo Federal Reserve, após anúncio de novo aporte de liquidez na economia e no setor financeiro. O contrato de WTI negociado em Nova York para o mês de abril fechou a US\$ 51,06, com queda de 55 centavos de dólar. O contrato para o mês seguinte subiu 3 centavos de dólar, para US\$ 52,07. Em Londres, o barril de Brent para maio avançou 55 centavos de dólar, para US\$ 51,22.

Cana 'sustenta' índice de preço no campo de SP – Valor Econômico – Agronegócios – 24/03/2009

Após sete variações positivas consecutivas, o IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários paulistas pesquisado pelo Instituto de Economia Agrícola - vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado -, seguiu estável na segunda quadrissemana de março.

A estabilidade foi garantida pelo salto de 2,77% da cana, carro-chefe do agronegócio de São Paulo e produto com maior peso na formação do indicador. Não fosse a cana, o grupo de 12 vegetais pesquisados teria registrado queda média de 3,62%, e não alta de 0,06% - e o IqPR consolidado teria recuado 1,93%.

No grupo de produtos de origem animal, que em média caiu 0,16%, apenas os preços pagos aos produtores de ovos tiveram aumento (14,18%). Recuaram a carne suína (5,7%), a carne bovina (2,28), o leite B (1,77%), o leite C (1,44%) e a carne de frango (0,94%).

Petrobras puxa o freio em projetos de etanol – Valor Econômico – Agronegócios –
25/03/2009

A Petrobras não diz com todas as letras, mas deve puxar o freio de alguns investimentos em etanol no país. A prioridade da estatal é o pré-sal, segundo uma fonte da companhia ouvida pelo Valor.

Essa mesma fonte afirmou que a estatal deverá alterar parte da rota de seu alcooduto, que ainda nem saiu do papel, para economizar. A rota original previa a construção de alcooduto entre Paulínia (SP) até São Sebastião (SP). A alternativa estudada agora é que a estatal adapte seu poliduto de Taubaté (SP), seguindo até São Sebastião. Procurada, a companhia não comentou essas possíveis mudanças.

A Petrobras já tinha revisto suas metas de produção e exportação do produto. Pelo cronograma original, a empresa iria produzir e exportar 4,75 bilhões de litros de álcool combustível a partir de 2012. Mas essa meta só deverá ser alcançada em 2015. Ainda assim, quase metade dessa produção será destinada ao mercado interno. Em 2008, a Petrobras informou exportações de 500 milhões de litros para o Japão, EUA e Europa.

De acordo com os planos de negócios da companhia (2009-2013) para o etanol, a companhia pretende investir US\$ 2,4 bilhões em biodiesel e etanol. Deste total, US\$ 1,9 bilhão será voltado para o etanol. Este valor faz parte do total de US\$ 2,8 bilhões destinados pela Petrobras ao negócio de biocombustíveis, que prevê também US\$ 400 milhões para infraestrutura, como alcoodutos. Outros US\$ 530 milhões serão aportados em pesquisas em biocombustíveis.

A empresa pretende fechar ainda este ano parcerias para quatro novos projetos de produção de etanol, com sócio internacional e produtores locais. A prioridade agora é adquirir participação em usinas já em operação, uma vez que os investimentos seriam menores. (MS)

Petrobras puxa o freio em projetos de etanol – Valor Econômico – Agronegócios-
25/03/2009

A Petrobras não diz com todas as letras, mas deve puxar o freio de alguns investimentos em etanol no país. A prioridade da estatal é o pré-sal, segundo uma fonte da companhia ouvida pelo Valor.

Essa mesma fonte afirmou que a estatal deverá alterar parte da rota de seu alcooduto, que ainda nem saiu do papel, para economizar. A rota original previa a construção de alcooduto entre Paulínia (SP) até São Sebastião (SP). A alternativa estudada agora é que a estatal adapte seu poliduto de Taubaté (SP), seguindo até São Sebastião. Procurada, a companhia não comentou essas possíveis mudanças.

A Petrobras já tinha revisto suas metas de produção e exportação do produto. Pelo cronograma original, a empresa iria produzir e exportar 4,75 bilhões de litros de álcool combustível a partir de 2012. Mas essa meta só deverá ser alcançada em 2015. Ainda assim, quase metade dessa produção será destinada ao mercado interno. Em 2008, a Petrobras informou exportações de 500 milhões de litros para o Japão, EUA e Europa.

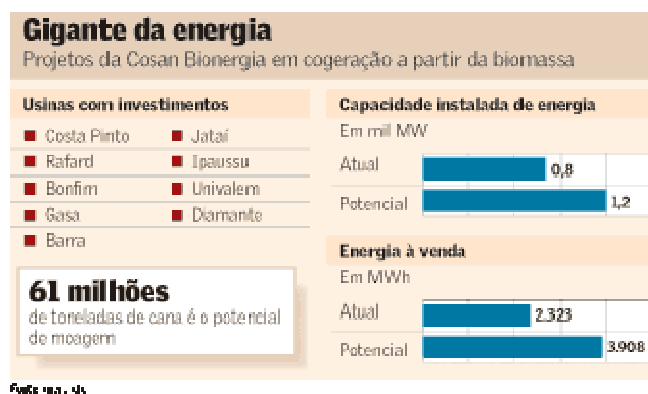
De acordo com os planos de negócios da companhia (2009-2013) para o etanol, a companhia pretende investir US\$ 2,4 bilhões em biodiesel e etanol. Deste total, US\$ 1,9 bilhão será voltado para o etanol. Este valor faz parte do total de US\$ 2,8 bilhões destinados pela Petrobras ao negócio de biocombustíveis, que prevê também US\$ 400 milhões para infraestrutura, como alcoodutos. Outros US\$ 530 milhões serão aportados em pesquisas em biocombustíveis.

A empresa pretende fechar ainda este ano parcerias para quatro novos projetos de produção de etanol, com sócio internacional e produtores locais. A prioridade agora é adquirir participação em usinas já em operação, uma vez que os investimentos seriam menores. (MS)

Cosan cria companhia de energia e une-se a fundo para cogeração – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 26/03/2009

O grupo Cosan está criando uma nova empresa, a Cosan Bionergia, para montar a maior companhia global geradora de energia a partir do bagaço de cana. O Valor apurou que essa nova empresa vai receber um aporte de R\$ 500 milhões do Fundo de Investimento FI-FGTS, que já financia empreendimentos em infraestrutura - energia, transporte e saneamento no país.

Os entendimentos entre o grupo sucroalcooleiro e a Caixa Econômica Federal (CEF), gestora do fundo, estão sendo coordenados pelo banco Credit Suisse. As negociações entre as partes estão avançadas e essa parceria deverá ser anunciada nos próximos dias. A carteira do FI-FGTS tem cerca de R\$ 17 bilhões disponíveis para aplicar em projetos de infraestrutura.



Os investimentos da Cosan em cogeração a partir do bagaço de cana deverão somar R\$ 2 bilhões, dos quais boa parte já foi aplicada pelo grupo. Com o aporte, o fundo terá cerca de 20% de participação na Cosan Bioenergia e o grupo privado os outros 80%.

Esse projeto colocará a Cosan como a maior companhia geradora de energia a partir da biomassa do mundo. Atualmente, a Cosan já possui projetos de biomassa em andamento e também tem comprometida a venda de energia em leilões realizados pelo governo e com empresas privadas. As unidades paulistas do grupo, Gasa e Serra, já possuem contrato de longo prazo com a CPFL Energia. A unidade Barra, de Barra Bonita (SP), a maior do grupo, também fechou contrato de 15 anos, no valor de R\$ 489 milhões, com o Rede Comercializadora de Energia.

A capacidade atual instalada de energia da Cosan é de 800 megawatts (MW), mas com os investimentos que estão em curso podem chegar a 1,2 mil MW. Só para se ter uma ideia, a usina hidrelétrica de Jupiá, da Cesp Paraná, tem capacidade para 1,6 mil MW. A expectativa é de que a receita gerada somente com energia, quando todos os projetos estiverem em andamento, fique em R\$ 400 milhões por safra, a partir de 2012.

Onze das 23 usinas do grupo Cosan já possuem projetos de-cogeração de energia aprovados. Destas, quatro já estão em operação e outras quatro em fase de construção. As outras unidades estão na fase de pré-construção do projeto. Todas as unidades produtoras já obtiveram as licenças ambientais para instalação das caldeiras geradoras de energia. A perspectiva é de que todas as usinas do grupo com projetos estejam em operação a pleno vapor em 2012.

O Brasil possui cerca de 400 usinas de açúcar e álcool em operação, quase 100% delas autossuficientes em energia a partir do bagaço. Há cerca de 200 projetos de cogeração em implantação no país, que somados podem colocar no sistema 10,2 mil MW até 2013, segundo o consultor de energia a partir da biomassa Onório Kitayama, que atua hoje na

Coomex. Se for utilizada a queima da palha da cana o potencial sobe para 19,284 mil MW. No entanto, ainda há poucos projetos que queimam a palha.

A usina Equipav, do grupo Equipav, em capacidade instalada de cerca de 164 MW em uma única unidade, segundo Kitayama. O grupo já começou a fazer testes com a palha da cana.

A energia a partir da biomassa já é considerada o segundo principal negócio para algumas usinas do país, atrás do álcool, que representa a principal receita. Todos os projetos "greenfield" (construção a partir do zero) dos grupos sucroalcooleiros contemplam cogeração a partir do bagaço de cana em suas unidades.

Há quase duas semanas, o grupo Cosan anunciou a aquisição da Nova América, com quatro usinas de açúcar e álcool. Com a compra, a capacidade instalada do grupo em moagem de cana sobe quase 30%, considerando o processamento realizado na safra 2008/09. Todo esse bagaço adicional da Nova América também poderá ser convertido em energia pelo novo controlador.

Maior grupo sucroalcooleiro do mundo, a Cosan tem 23 usinas em operação - a unidade Jataí, de Goiás, inicia a safra a partir de julho. Na safra 2008/09, que se encerra em março, o grupo moeu cerca de 44,2 milhões de toneladas. Com a aquisição da Nova América, com as quatro usinas, a moagem soma 56 milhões de toneladas, mas a capacidade total supera 60 milhões de toneladas.

Procurada pelo Valor, a Cosan informou apenas que negocia parceria com vários fundos em cogeração, entre eles o FI-FGTS, e analisa oportunidades no mercado. Já a Caixa Econômica Federal (CEF) não retornou o pedido de entrevista.

Com faturamento da ordem de R\$ 2,7 bilhões na safra 2007/08, o grupo deverá registrar um forte incremento na receita com a incorporação da Esso. No balanço de resultados da safra 2008/09, a Cosan reportou receita líquida de R\$ 2,565 bilhões no terceiro trimestre.

Álcool cai em SP – Valor Econômico – agronegócios – Curtas – 30/03/2009

As cotações do álcool voltaram a cair na semana passada no mercado paulista. Segundo levantamento do Cepea/Esalq, o litro do anidro vendido pelas usinas às distribuidoras de combustíveis saiu, em média, por R\$ 0,6809, 5,87% menos que na semana anterior. Já o litro do hidratado recuou 7,34% em igual comparação, para R\$ 0,5926. Os valores excluem impostos.

Cana volta a sustentar índice de preços de SP – Valor econômico – agronegócios – 30/03/2009

A valorização da cana voltou a sustentar o IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários de São Paulo, na terceira quadrissemana de março. Pesquisado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado -, o indicador registrou uma leve queda de 0,16%. Descontada a cana, que subiu 2,48%, o IqPR teria recuado 2%.

Com a cana, carro-chefe do campo paulista e por isso o produto com maior peso na formação do índice, o grupo formado por 12 produtos de origem vegetal subiu 0,33% no intervalo. Também subiram tomate para mesa (56,71%), laranja para mesa (4,88%) e trigo (4,39%). Houve baixas para feijão (32,46%), banana nanica (12,99%), milho (10,2%), laranja para indústria (7,95%), amendoim (7,92%), soja (7,04%), café (2,33%) e arroz (1,21%).

No grupo de produtos de origem animal, que recuou 1,37% na média ponderada, mais uma vez apenas os ovos tiveram aumento (12,51%). Recuaram os preços recebidos pelos produtores de carne de frango (3,67%), carne bovina (3,55%), leite B (2,33%), leite C (1,95%) e carne suína (0,94%).

No atacado paulista, conforme indicador da RC Consultores baseado em uma cesta de 17 produtos agropecuários, houve aumento médio de 0,2% no período entre 21 e 27 de março. Foi a primeira alta após quatro baixas.

Biodiesel

Itamarati produz 18 mil toneladas de soja para biocombustíveis – Sítio eletrônico do MDA – 18/03/2009

O complexo de assentamentos Itamarati I e Itamarati II, localizado em Ponta Porã (MS), retomou a produção de soja e irá colher 18 mil toneladas do grão. Centenas de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária descarregaram sete mil toneladas destinadas à produção de farelo e biodiesel no posto de coleta instalado dentro do assentamento. O restante será entregue até o final de abril, quando acaba o período da safra.

Paulo Valmir Miranda é um dos agricultores que apostou na lavoura. Dos oito hectares de seu lote, três foram reservados para a soja, cujo rendimento deve chegar a 120 sacas. “É a lavoura mais viável no assentamento hoje”, avalia.

Ele conta que irá ganhar R\$ 2,00 a mais por cada bolsa ou saca de 60 quilos, atualmente cotada em torno de R\$ 38,00 pela Central de Abastecimento (Ceasa/MS). Além disso, assim que a soja for retirada, a área pode ser ocupada pelo milho e aumentar o rendimento da família.

A diferença de preço da oleaginosa é um atrativo oferecido pelos fabricantes de biocombustíveis interessados em obter o Selo Social, do Governo Federal. Para obtê-lo, as empresas precisam adquirir uma porcentagem da matéria prima de agricultores familiares assentados. Em troca, recebem incentivos fiscais e facilidades de financiamento.

A Granol, empresa brasileira centrada na produção e comercialização de grãos, absorve sozinha 45 mil toneladas dos grãos oriundos da reforma agrária do Mato Grosso do Sul. Depois de estocada, a produção segue para o município de Osvaldo Cruz (SP), onde é esmagada. A parte volumosa (80%) vira farelo para ração animal e exportação. O remanescente (20%) é o rendimento da planta em óleo.

A própria esmagadora transforma a matéria prima em biodiesel e depois vende para Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás). Ao final, o biocarburante é adicionado aos combustíveis que alimentam motores de automóveis de todo o País.

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol

POR QUE MORREM OS CORTADORES DE CANA? – Francisco Alves - Sítio Eletrônico da CPT – março – de 2009

Adital - Segundo a Pastoral do Migrante, entre as safras 2004/2005 e 2005/2006 morreram 10 cortadores de cana na Região Canavieira de São Paulo. Eram trabalhadores jovens, com idades variando entre 24 e 50 anos; todos eram migrantes, que tinham vindo de outras regiões do país (Norte de Minas, Bahia, Maranhão, Piauí) para o corte de cana. As *causa mortis* em seus atestados de óbitos são vagas a respeito do que ocasionou verdadeiramente as mortes, os atestados dizem apenas que morreram por parada cardíaca.

Para entendermos as razões destas mortes é necessário entendermos o processo de trabalho a que os cortadores de cana estão submetidos nesta atividade produtiva. O processo de trabalho passou por mudanças significativas da década de 80 até a presente década. Na década de 80, logo no seu início, o país, e mais especificamente o setor sucro-alcooleiro, vivia o seu período áureo, em plena vigência do Proálcool, na sua segunda fase (após 1979), que incentivava a produção de álcool hidratado e anidro, produzido em destilarias autônomas, direcionadas a atender ao enorme crescimento da demanda por álcool, derivadas da produção nacional de automóveis movidos unicamente a este novo combustível. O Proálcool foi o maior programa público mundial de produção de combustível alternativo aos derivados do petróleo.

Em decorrência do Proálcool cresceu a produção de cana-de-açúcar, novas destilarias e usinas foram instaladas e cresceu o número de empregos diretos em toda a cadeia produtiva; da indústria produtora de máquinas e equipamentos para o setor sucro-alcooleiro à comercialização de álcool e açúcar, isto é, houve a criação de novos postos de trabalho industrial a novos postos de trabalho agrícola.

Naquele período cresceu também a produtividade da cultura agrícola, medida em quantidade de cana por hectare ocupado com a atividade que saiu de 50 toneladas por hectare e atingiu mais de 80, entre as décadas de 50 e 80. Cresceu também a produtividade do trabalho no corte de cana, medida em toneladas de cana cortadas por dia por homem ocupado. Se na década de 60 a produtividade do trabalho era, em média, de 3 toneladas de cana por dia de trabalho, na década de 80 a produtividade média passa para 6 toneladas de cana por dia por homem ocupado e no final da década de 90 e início da presente década, atinge 12 toneladas de cana por dia.

O processo de trabalho no corte de cana consistia, na década de 80, no trabalhador cortar um retângulo; com 8,5 metros de largura, em 5 ruas (linhas em que é plantada a cana), por um comprimento que varia de trabalhador para trabalhador, que é determinado pelo que ele consegue cortar num dia de trabalho. Este retângulo é

chamado pelos trabalhadores de eito e o comprimento do eito varia de trabalhador para trabalhador, porque depende do ritmo de trabalho e da resistência física de cada um e é esta distância, que é medida ao final do dia e será o indicador do seu ganho diário. Estes metros lineares de cana, multiplicados pelo valor da cana pesada pela usina, dá o valor do dia de trabalho no corte de cana para cada trabalhador. Estima-se que para cortar 6 Toneladas de cana num dia, considerando uma cana de primeiro corte, de crescimento ereto, que o comprimento do eito é de aproximadamente 200 metros. O trabalhador, além de cortar a cana contida na área deste retângulo (1.700 m²), deve cortar também as pontas e transportar a cana para a linha do meio (3ª linha) que dista 3 metros de cada uma das extremidades do eito.

O pagamento dos trabalhadores era e é feito a partir da quantidade de cana que cortada por dia de trabalho, portanto, era e ainda é um pagamento por produção. Os motivos que levam as usinas a adotarem o pagamento por produção, que é uma das formas de trabalho, já denunciada por Adam Smith no final do século XVIII e por Karl Marx no século XIX, como uma das mais desumanas e perversas, pois o trabalhador tem o seu ganho atrelado a força de trabalho despendida por ele por dia. É verdade que tanto Adam Smith quanto Karl Marx denunciavam este trabalho, chamando-o de perverso e desumano, analisando apenas esta forma de trabalho em situações em que o trabalhador controlava o seu processo de trabalho e tinham, ao final do dia, pleno conhecimento do valor que tinham ganho, isto porque conheciam o valor do trabalho executado. No corte de cana é diferente, porque os trabalhadores só sabem quantos metros de cana cortaram num dia, mas não sabem, a priori, do valor do metro de cana para aquele eito cortado por ele, este desconhecimento é devido a que o valor do metro de cana do eito depende do peso da cana, que varia em função da qualidade da cana naquele espaço e a qualidade da cana naquele espaço depende, por sua vez de uma série de variáveis (variedade da cana, fertilidade do solo, sombreamento etc.). Nestas condições, as usinas pesam a cana cortada pelos trabalhadores e atribuem o valor do metro, através da relação entre peso da cana, valor da cana e metros que foram cortados. Tudo isto é feito nas usinas, onde estão localizadas as balanças, sem controle do trabalhador. Portanto, entre aquelas situações de trabalho analisadas pelos dois pensadores nos séculos XVIII e XIX e as praticadas na cana nos séculos XX e XXI há uma enorme distância, que é o não controle do salário e do processo de trabalho pelos trabalhadores, este é controlado pelas usinas.

Os trabalhadores trabalham no corte de cana por produção, em pleno século XXI, sem saberem quanto ganham, porque isto depende de quanto cortam. Além disto, mesmo cortando muitos metros podem ter um ganho pequeno, porque o valor do metro depende de uma conversão que não é controlada pelos trabalhadores e sim pelas usinas. Portanto, se todos os autores declaram que o pagamento por produção, além de ser uma forma de salário arcaica, perversa e desgasta os trabalhadores, porque sua produção e salário dependem de seu esforço físico, na cana esta forma de trabalho é mais perversa porque o ganho não depende dos trabalhadores, mas de uma conversão feita pelo departamento técnico das usinas.

Há inúmeros casos de desavenças entre trabalhadores e usinas derivados desta conversão de toneladas de cana em metro. Estas desavenças foram responsáveis, inclusive pela deflagração de uma greve em 1986, que começou nas cidades de Leme, no Estado de São Paulo e de lá se alastrou para outras cidades e regiões canavieiras do

Estado e do país. Esta já era a segunda grande greve realizada pelos trabalhadores, após a greve de Guariba de 1984 contra o sistema de corte em 7 ruas.

Na greve de 1986 os trabalhadores reivindicavam o pagamento por metro de cana cortado e não por tonelada. A reivindicação era simples: cada metro de cana cortada, dependendo do tipo de cana (cana de primeiro corte, cana de segundo e demais cortes, cana de ano e meio, cana caída e enrolada) teria um preço definido no acordo coletivo de trabalho, os trabalhadores, ao final do dia receberiam um recibo (pirulito), onde viria gravado, a quantidade de metros cortadas naquele dia e o valor do metro de cana naquele eito.

Os empresários contra-argumentavam, dizendo que era impossível para a usina adotar o pagamento por metro, porque a sua unidade de medida, utilizada em todas as etapas do processo produtivo, era a tonelada de cana. Na verdade a argumentação dos empresários escondia o essencial. Se os trabalhadores adquirissem o controle do processo de trabalho e o controle do seu pagamento, as usinas perderiam o principal meio de pressão que as empresas dispõem para aumentar a produtividade do trabalho. Isto porque o processo de trabalho no corte de cana depende única e exclusivamente da destreza do trabalhador, isto é, depende de um conjunto de atividades manuais, exercida pelos trabalhadores, independente da administração do processo. No corte de cana os trabalhadores têm o controle da atividade, o que não ocorre em outros processos de produção, que através do sistema de máquinas, há a subordinação do trabalhador e do trabalho ao sistema, onde os aumentos de produtividade são alcançados através do sistema de máquinas. No corte de cana, o trabalhador recebe o eito de cana definido pelo supervisor da turma e realiza as atividades exigidas: começa a cortar pela linha central, a linha que será depositada a cana, em seguida corta as duas linhas laterais à central, de forma a que todas as linhas do eito sejam cortadas simultaneamente, sem deixar linhas sem cortar (deixar telefone).

No corte, especificamente, o trabalhador abraça um feixe de cana (contendo entre cinco e dez canas) e curva-se para cortar a base da cana. O corte da base tem que ser feito bem rente ao chão, porque é no pé da cana que se concentra a sacarose. O corte rente ao chão não pode atingir a raiz para não prejudicar a rebrota. Depois de cortadas todas as canas do feixe o trabalhador corta o palmito, isto é a parte de cima da cana, onde estão as folhas verdes, que são jogadas ao solo. Em algumas usinas é permitido aos trabalhadores o corte do palmito no chão, na fileira do meio, onde os feixes são amontoados. Neste caso, além de cortar o palmito o trabalhador tem que realizar um movimento com os pés, para separar as pontas das canas amontoadas na linha central. Em algumas usinas as canas amontoadas na fileira central devem ser dispostas em montes, que distam um metro um do outro, em outras usinas é permitido ao trabalhador fazer uma esteira de canas amontoadas sem a necessidade dos montes. Com isto, fica claro que a quantidade cortada por dia por trabalhador depende mais, para ganhar mais, e de sua força física e habilidade para execução da atividade.

Eu comparo o cortador de cana a um corredor fundista, porque os trabalhadores com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, são os que têm maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, em alguns casos, e por um período que varia entre 8 a 12 horas de trabalho diário.

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, num talhão de 200 metros de comprimento, por 8,5 metros de largura, caminha, durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 50 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 183.150 golpes no dia (considerando uma cana em pé, não caída e não enrolada e que tenha uma densidade de 5 a 10 canas a cada 30cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem que, a cada 30cm, se abaixar e se torcer para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disto, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isto significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia, mas transporta, em seus braços, 6 toneladas de cana, com um peso equivalente a 15 Kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros.

Além de todo este dispêndio de energia andando, golpeando, contorcendo-se, flexionando-se e carregando peso, o trabalhador sob o sol utiliza uma vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu, ou boné. Este dispêndio de energia sob o sol, com esta vestimenta, leva a que os trabalhadores suem abundantemente e percam muita água e junto com o suor perdem sais minerais e a perda de água e sais minerais leva a desidratação e a freqüente ocorrência de câimbras. As câimbras começam, em geral, pelas mãos e pés, avançam pelas pernas e chegam no tórax, o que provoca fortes dores e convulsões, que fazem pensar que o trabalhador esteja tendo um ataque nervoso. Para conter as câimbras e a desidratação, algumas usinas já levam para o campo e ministram aos trabalhadores soro fisiológico e, em alguns casos suplementos energéticos, para reposição de sais minerais.

O fim da greve de 1986 só foi alcançado quando acordou-se que o pagamento dos trabalhadores seria feito a partir da tonelada de cana convertida em metro linear, com a possibilidade de controle pelos trabalhadores desta conversão, que deixava de ser apenas uma atribuição técnica dos funcionários das usinas, mas podiam ser fiscalizadas pelos trabalhadores e seria feita da seguinte forma:

- Ao início do trabalho, de manhã cedo, um caminhão, chamado de campeão vai ao local de corte;
- Este caminhão é cheio com cana colhida de três pontos diferentes do talhão, para realizar uma amostra representativa da qualidade e especificidades da cana no local;
- Os trabalhadores podem participar da escolha dos três pontos;
- Este caminhão depois de cheio com cana colhida dos três pontos do talhão vai para a usina para ser pesado, já sabendo que aquela carga corresponde a um determinado número de metros lineares;
- Os trabalhadores podem acompanhar o caminhão para verificar a pesagem na balança das usinas e se certificarem que não há roubo;
- Depois de realizada a pesagem, é realizada a conversão de tonelada de cana para metro; já atribuído o valor do metro, na medida em que a tonelada de cana paga aos trabalhadores já tem seu valor definido pelo acordo coletivo;

- Este valor do metro obtido da conversão é informado aos trabalhadores no canavial antes do fim do dia;
- No fim do dia de trabalho cada eito de cana de cada trabalhador daquele talhão é medido através de um compasso de ponta de ferro com 2 metros de largura entre uma ponta e outra;
- Feita a medição do eito é elaborado, no campo, um recibo (pirulito) onde consta a quantidade de metros cortados por cada trabalhador, o valor de cada metro e o total de rendimentos obtidos pelos trabalhadores naquele dia de trabalho.

Apesar de todo este procedimento constar dos acordos coletivos desde 1986, na prática, ele nunca funcionou, porque a base para o seu funcionamento era a participação dos trabalhadores nas seguintes etapas: i) escolha dos três pontos representativos da cana do talhão; ii) medição em metros da cana para carregar o campeão; iii) fiscalização da pesagem da cana na usina e iv) participar do cálculo de conversão da tonelada em metro.

Como os trabalhadores são remunerados por produção, aqueles que se dispõem a acompanhar aquelas 4 etapas, que exigem participação dos trabalhadores, perdem, no mínimo meio dia de trabalho, portanto se não trabalham, não ganham. Além disto, aqueles que se dispõem a participar se sentem marcados pelos gatos, fiscais e apontadores e pelas usinas e temem perderem seus empregos.

O que passou a ocorrer, na prática, é que mesmo nas usinas que mantiveram o campeão, a conversão de tonelada em metros é de responsabilidade exclusiva das usinas e podem conter roubos.

A partir da década de 90 houve um grande aumento da produtividade do trabalho. Os trabalhadores para manterem seus empregos na cana necessitam hoje cortar no mínimo 10 toneladas de cana por dia, para se manterem empregados; a média cortada expandiu-se para 12 toneladas de cana por dia. Portanto a produtividade média cresceu em 100%, saiu de 6 toneladas/homem/dia, na década de 80, e chegou a 12 toneladas de cana por dia, na presente década.

O fato dos trabalhadores hoje terem uma produtividade duas vezes superior a da década de 80 se deve a um conjunto de fatores:

O aumento da quantidade de trabalhadores disponíveis para o corte de cana e esta maior disponibilidade se devem a três fatores:

1. aumento da mecanização do corte de cana;
2. o aumento do desemprego geral da economia, provocada por duas décadas de baixo crescimento econômico e
3. expansão da fronteira agrícola para as regiões do cerrado, atingindo o sul do Piauí e a região da pré-amazônia maranhense, destruindo as formas de reprodução da pequena propriedade agrícola familiar, predominante nestes estados.

Possibilidade de seleção mais apurada pelos departamentos de recursos humanos das usinas. Esta seleção mais apurada de trabalhadores leva a: seleção de trabalhadores mais jovens, redução da contratação de mulheres e a possibilidade de

contratação de trabalhadores oriundos de regiões mais distantes de São Paulo (Norte de Minas, Sul da Bahia, Maranhão e Piauí).

A seleção mais apurada permite que as usinas implementem a contratação por período de experiência, onde os trabalhadores que não conseguem atingir a nova média de produção, 10 toneladas de cana por dia, são demitidos antes de completarem três meses de contrato.

Um trabalhador que corta hoje 12 toneladas de cana em média por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia:

Caminha 8.800 metros;

Despense 366.300 golpes de podão;

Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 k em média cada um, portanto, ele faz 800 trajetos levando 15 K nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros;

Faz aproximadamente 36.630 flexões de perna para golpear a cana;

Perde, em média 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte do interior de São Paulo, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege, da cana, mas aumenta a temperatura corporal.

Com todo este detalhamento pormenorizado da atividade do corte de cana, fica fácil entendermos porque morrem os trabalhadores rurais cortadores de cana em São Paulo. A solução para este problema, ao meu ver, não se dará através mudanças que não vão ao cerne da questão. O que vai ao centro da questão, que são as mortes dos trabalhadores cortadores de cana pelo excesso de trabalho é o pagamento por produção. Enquanto o setor sucro-alcooleiro permanecer com esta dicotomia interna: de um lado, utiliza o que há de mais moderno em termos tecnológicos e organizacionais; uma tecnologia típica do século XXI (tratores e máquinas agrícolas de última geração, agricultura de precisão, controlada por geo-processamento via satélite etc.); mas manterem, de outro lado, relações de trabalho, já combatidas e banidas do mundo desde o século XVIII, trabalhadores continuarão morrendo. Isto porque os 10 que morreram nas duas últimas décadas são uma amostra insignificante do total que deve morrer todas as safras clandestinamente. Ao longo dos últimos 20 anos que me dedico à análise das condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais, colhi vários depoimentos de trabalhadores que relatavam mortes como as agora tornadas públicas através do excelente trabalho da Pastoral do Migrante de Guariba.

* Professor Adjunto do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar

Pró-etanol ou pró pré-sal? – Guilherme Nastari – Valor Econômico – Opinião –
12/03/2009

A trégua no preço do petróleo não deve arrefecer o empenho e o reconhecimento que existe sobre as vantagens de se produzir etanol de biomassa de forma competitiva

O ano de 2008 foi repleto de fatos bem peculiares. Foi iniciado com um caráter expansionista jamais visto. O etanol voltava a ser a grande estrela do mercado automobilístico e de nações preocupadas com suas dependências energéticas.

Frequentemente, o etanol brasileiro foi pauta de discussões internacionais e, em alguns casos, até citado como o caminho para a diversificação da matriz energética mundial. O governo Lula, de forma bem aberta, hasteou a bandeira pró-etanol.

Neste cenário de crescimento, muitos dos insumos estavam com relação desbalanceada de oferta e demanda, ocasionando assim impactos sensíveis nos preços dos principais fatores de produção, como fertilizantes, máquinas agrícolas e diesel.

O volume de vendas de automóveis mudava completamente de patamar. Na década de 80, quando houve um expressivo aumento da frota a álcool, culminando com a crise de abastecimento de 1989, as vendas mensais não ultrapassavam 60 mil veículos. Em 2002, a venda média mensal foi de 117 mil veículos. Em abril de 2008, observávamos um patamar quatro vezes daquele registrado na década de 80.

Nesta mesma época o preço do petróleo estava bem acima do que estamos observando atualmente, com projeções ainda maiores. Grande parte dos analistas econômico-financeiros estimava que este preço pudesse atingir entre US\$ 150 e US\$ 200 por barril, no final de 2008.

Mesmo com aquele cenário expansionista, grande parte dos produtores brasileiros operava abaixo do custo de produção. Para uma taxa de câmbio de 2,10 R\$/USD, o custo de se produzir álcool anidro no Brasil, em centavos de dólar por libra peso (cts/lb), era de 11,81. O interessante é que estávamos observando tamanho crescimento em um mercado temporariamente sem acúmulo de renda.

Certamente os produtores estavam motivados pelo aumento significativo da demanda interna de álcool e pelos potenciais ganhos futuros deste mercado. O reflexo desta expectativa aumentava o anseio do produtor de se alavancar financeiramente. Em cenários de expansão econômica, este posicionamento estratégico não é tão arriscado. O Brasil tinha atingido grau de investimento e os países emergentes estavam em alta, fortificando ainda mais esta atitude arrojada de expansão.

Atualmente o cenário é bem diferente. A crise de liquidez mundial chegou e está afetando fortemente o maior fornecedor de açúcar e álcool do mundo. A dependência de capital de curto prazo faz com que grande parte dos produtores tenham que se posicionar em piores situações e, em alguns casos, até colocar em risco a remuneração da safra seguinte.

No setor sucroalcooleiro, a necessidade de capital de giro no início da safra faz com que os produtores busquem no sistema bancário o fôlego necessário para que as operações comecem em tempo e situação saudável.

Em momentos como este, é necessária uma política de crédito bem estruturada por parte das instituições financeiras públicas e privadas. O apoio que está sendo demandado atualmente certamente será recompensado em futuro próximo. Os

fundamentos dos mercados de açúcar e álcool no Brasil e no mundo estão consolidados e não foram afetados por este momento conturbado.

A demanda interna por álcool combustível, apesar de menos aquecida, é crescente. A frota flex representa 87% dos novos licenciamentos e um consumo médio mensal de 1,7 bilhão de litros etanol por mês, com expectativa de crescer 2,1 bilhões de litros na safra 2009/10.

No mercado de açúcar, o ciclo de excesso de oferta terminou. Entramos num período de dois anos de déficit, com um ex-exportador, a Índia, ditando novamente as tendências deste mercado. A expectativa da Datagro para o mercado mundial de açúcar para as safras 08/09 e 09/10 são déficits de 3,8 e 5,0 milhões de toneladas, respectivamente.

Em contrapartida, os números publicados no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) de 2008-2017 estão mais para pró pré-sal. Dos R\$ 767 bilhões a serem investidos até 2017, apenas 6,5% estão destinados para a produção e infraestrutura de biocombustíveis. Já para petróleo e seus derivados, estes investimentos somam 69,9% do total.

Necessitamos de políticas e ações de desenvolvimento de mercado internacional. Não adianta nada ser o melhor produtor de alguma coisa que não é comercializada. O Brasil precisa ensinar países em desenvolvimento a produzir etanol barato e competitivo. Parar de criticar o etanol de outras fontes, como o milho nos Estados Unidos, é fundamental para a consolidação do mercado global de etanol.

Os investimentos no pré-sal são necessários para que o Brasil continue extraindo petróleo, e seja autossuficiente. Sem investimento, a extração cai 10% a cada ano. É exatamente aí que reside a grande vantagem do etanol, que exige investimento uma só vez, e reproduz a produção a cada ano com custos de manutenção já embutidos no custo de produção.

A trégua que o preço do petróleo nos dá hoje não deve arrefecer o empenho e o reconhecimento que existe sobre as vantagens de se produzir etanol de biomassa de forma competitiva, em larga escala, e com diversificação de origens. Embora os investimentos estejam bem mais para o pró pré-sal, a estratégia de longo prazo deve continuar sendo a de privilegiar o pró-etanol.

Guilherme Nastari é economista da Datagro.

Usinas do Rio negociam com o governo os mesmos subsídios concedidos ao NE –
Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 13/03/2009

As usinas de açúcar e álcool do norte fluminense querem garantir os mesmos subsídios concedidos pelo governo federal aos produtores de cana do Nordeste. Segundo o prefeito de Quissamã, Armando Carneiro (PSC-RJ), a região produtora do Rio de Janeiro tem as mesmas características que os canaviais nordestinos.

"Nossa produtividade média gira entre 50 e 55 toneladas de cana por hectare. As usinas do Estado foram também fortemente atingidas pela crise", afirmou Carneiro. Em São Paulo, a produtividade média gira em torno de 90 toneladas por hectare. Nesta safra 2008/09, as usinas em operação da região devem moer juntas cerca de 3 milhões de toneladas no Estado, menos de 1% da produção nacional.

O governo informou que dará um subsídio de R\$ 5 por tonelada de cana aos produtores do Nordeste, caso o valor de mercado da matéria-prima não atinja R\$ 40,92. A ajuda tem um limite máximo por produtor de R\$ 50 mil e vale para a safra 2008/09.

"Conseguimos sensibilizar o governo para a inclusão da região do norte fluminense neste pacote. A matéria deverá ser votada na terça-feira em plenário na Câmara dos Deputados", afirmou. De acordo com o prefeito, o acordo saiu depois de uma reunião do setor com o ministro de relações institucionais José Múcio Monteiro e o deputado federal Hugo Leal (PSC-RJ).

A região do norte fluminense há alguns anos tenta ressuscitar o setor sucroalcooleiro, mas a expansão esbarra na baixa produtividade dos canaviais e na dificuldade financeira das usinas locais. Em dezembro, a família pernambucana Bezerra de Mello, controladora da rede de hotéis Othon, entrou com pedido de recuperação judicial para suas três usinas de açúcar e álcool, Barcelos, Carapebus e Cupim, instaladas no Rio de Janeiro.

Essa região é uma das mais antigas regiões produtoras de cana do Brasil, com usinas instaladas desde o século 19. Beneficiadas pelos royalties do petróleo, algumas cidades da região, como Campos de Goytacazes, receberam o apoio do governo do Estado para impulsionar o plantio de cana. (MS)

Taxar a energia suja será algo inevitável – Pablo Fajnzylber entrevistado por Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 30/03/2009

Para economista do Banco Mundial solução da crise climática passa por uma espécie de protencionismo verde

A CRISE DO CLIMA vai aumentar a pobreza no país, diz o relatório "Desenvolvimento Com Menos Carbono", do Banco Mundial. Para o chileno Pablo Fajnzylber, economista sênior do Bird na América Latina e autor do estudo, investir em

eficiência energética, transporte público limpo, energias renováveis e na queda do desmatamento da Amazônia não vai causar "arrependimento em ninguém". Leia, a seguir, trechos da entrevista.

FOLHA - O relatório que o Banco Mundial acaba de lançar no Brasil fala em investimentos "sem arrependimentos" para um desenvolvimento com menos carbono, mas com a crise econômica que está em curso hoje no mundo, o custo ambiental de atenuar ou evitar as mudanças climáticas não fica ainda mais proibitivo?

PABLO FAJNZYLBER - Existem muitos investimentos que você teria interesse em fazer mesmo sem considerar os benefícios climáticos. O termo sem arrependimento não tem nada a ver com um conceito moral. É apenas um caminho onde os benefícios são maiores do que os custos. Veja o caso da eficiência energética. Existem muitas formas de poupar energia na produção, na geração e na distribuição. A poupança de energia mais do que compensa o custo do investimento para trocar o eletrodoméstico, a lâmpada ou para modernizar uma planta de energia elétrica, por exemplo. O fato de isso também contribuir para mitigar a mudança climática é lucro.

FOLHA - No caso da América Latina, portanto, a crise econômica não é nenhum obstáculo ao combate das mudanças climáticas?

FAJNZYLBER - A crise tem efeitos que vão diminuir os esforços dos países em responder as mudanças climáticas, mas ela abre também outras possibilidades para políticas que sejam benéficas para o objetivo de lidar com a mudança climática.

FOLHA - Taxar o carbono por meio das energias sujas, por exemplo, seria algo viável agora?

FAJNZYLBER - Como reduzir as emissões de gases de efeito estufa tem um custo, a ideia é que será necessário que todos, de alguma maneira, internalizem o custo social que as emissões têm. Isso poderá ocorrer por meio de impostos sobre produtos que sejam intensivos em emissões de carbono, de outros gases, ou por meio de regulações que coloquem um limite a quantidade de emissões que as empresas poderiam ter.

FOLHA - Seria uma espécie de protencionismo ambiental? Como colocar um imposto sobre o petróleo?

FAJNZYLBER - Uma espécie de protencionismo ambiental será inevitável. Existe uma espécie de preço social do carbono. Um exemplo prático, por exemplo, seria taxar o petróleo. Mas estamos em um período que qualquer taxa é impopular. Os governos estão até tentando buscar uma maneira de reduzir taxas. Nesse sentido, uma taxa para combater as mudanças climáticas seria muito impopular. A crise econômica é uma desvantagem para que medidas como essa possam ser tomadas neste momento.

FOLHA - O relatório que o senhor assina como um dos autores diz que no Brasil as mudanças climáticas vão aumentar a pobreza, mas nem o Brasil nem o

Banco Mundial têm ações específicas hoje no Nordeste, por exemplo, uma das áreas que vão ser bastante afetadas. Como é possível construir ações concretas para essas regiões?

FAJNZYLBER - Uma política "sem arrependimento" para o clima deve ter melhoria da previsão meteorológica. Estações que monitorem o clima. O Brasil está trabalhando muito forte nisso no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Você prever melhor a seca vai gerar um ganho bastante significativo na produção agrícola. A proteção social é outro item que tem de constar das políticas de clima. O objetivo disso é fazer com que aquelas famílias que serão afetadas tenham a capacidade de sobreviver. Que elas não sejam obrigadas a tirar as crianças da escola ou colocá-las no mercado de trabalho. Em resumo, é ajudar a família a não fazer com que seu consumo caia tanto quanto sua renda durante o período de seca.

FOLHA - O estudo também aborda a questão do desmatamento, que no Brasil ainda continua um grande problema. Como atacá-lo corretamente do ponto vista econômico?

FAJNZYLBER - No Brasil e na América Latina existe um ambiente favorável a um desenvolvimento com menos carbono. Mesmo em relação às florestas não surpreende que tenhamos apenas 30% de destruição. No Brasil, mais de 60% das emissões saem do uso do solo. É uma área onde é possível fazer cortes. Existe gordura. Em um contexto de um acordo global, em reduzir as emissões de forma significativa, deveriam existir formas de compensar os países que protegem suas florestas. Nós não apoiamos nenhum mecanismo específico. Estamos conscientes de que existem diversas formas e isso está sendo negociado em nível internacional. Não existe uma receita única.

MST fecha Ponte da Amizade por 'justiça energética e reforma agrária' – O Globo – O País – 27/03/2009

Movimentos sociais de Brasil e Paraguai pedem revisão do tratado de Itaipu

Ana Paula de Carvalho

CURITIBA. Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fecharam ontem, por duas horas, a Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai, em Foz do Iguaçu. De acordo com os manifestantes, o objetivo do protesto foi lutar “pela soberania energética e pela reforma agrária”.

O protesto contou com apoio do Conselho Nacional de Organizações Populares, do Movimento dos Sem Teto do Paraguai e da Frente Social Popular, que aproveitou a manifestação para pedir revisão do tratado de Itaipu.

— Com essa crise no mundo inteiro, a saída é a justiça no uso da energia e a reforma agrária — alegou o integrante do MST, Nildemar da Silva.

O bloqueio da ponte começou às 10h e terminou por volta do meio-dia. No lado brasileiro, formou-se um congestionamento, o que obrigou a Polícia

Rodoviária Federal a desviar os carros. O trânsito fluía normalmente no início da tarde. Não houve relatos de incidentes.

Nildemar da Silva afirmou que o Paraguai está vivendo um momento oportuno para que seja feita a reforma agrária, e disse que isso pode ser viabilizado com o apoio dos membros do MST lado brasileiro.

Vulnerável – O Globo – Opinião – 19/03/2009

Oficialmente os preços dos combustíveis deixaram de ser administrados pelo governo. A legislação que possibilitou a abertura do mercado de petróleo no Brasil estimula a competição e nesse sentido foi criada uma agência reguladora (ANP) que desde a sua instalação tem procurado baixar normas para facilitar a presença de mais companhias nos vários segmentos do setor.

O monopólio que a Petrobras exercia de direito desapareceu, mas na prática é muito difícil rompê-lo nas áreas em que a estatal já detinha toda uma infraestrutura. No refino, por exemplo, nenhum grupo econômico se aventurou a competir diretamente com a Petrobras no Brasil. E ainda que a exportação e importação de derivados de petróleo estejam livres, poucas transações têm sido feitas porque, para concretizá-las, é preciso utilizar terminais marítimos e dutos que pertencem a uma subsidiária da Petrobras.

O acesso a essa infraestrutura é assegurado pela legislação mas também depende de capacidade ociosa, o que torna o negócio arriscado para terceiros, além de ser uma possível fonte de atrito comercial com a Petrobras. Então, verdadeiramente, a estatal tem a faca e o queijo para definir os preços domésticos dos principais combustíveis.

É claro que existem particularidades do mercado brasileiro que limitam esse espaço. O etanol, por exemplo, hoje é forte competidor da gasolina e do GNV (gás natural veicular). Um combustível acaba influenciando o preço do outro, especialmente durante a safra da cana.

E, por via indireta, o diesel acaba sofrendo influência do que acontece com a gasolina, o álcool e o GNV.

E, assim, os preços internos acabam se desvinculando em grande parte das cotações internacionais.

Essa realidade favoreceu os consumidores brasileiros no período em que o petróleo e os derivados subiram fortemente lá fora, em detrimento dos resultados da Petrobras.

Mas agora são os consumidores que estão devolvendo à estatal uma fatia do benefício recebido.

Calcula-se que a gasolina está 33% mais cara no Brasil que nos Estados Unidos. O problema é que essa estrutura de preços se mostra vulnerável a interesses políticos do governo federal, que exerce o papel de sócio controlador da Petrobras.

Ontem mesmo o presidente Lula disse que vai conversar com a empresa sobre os preços dos derivados, sobre os quais, em tese, não deveria exercer pressões.

Aqui reside um perigo, pois o presidente já montou seu palanque de 2010, e subiu nele. Se a formação desses preços fosse mais transparente, o risco de manipulações seria menor.

Termelétricas terão que compensar emissões de CO2 Sítio Eletrônico do MMA – 20/03/2009

O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, disse que assinará no mês de abril portaria conjunta com o Ibama para alterar os procedimentos de licenciamento de termelétricas. Com a medida, esses empreendimentos serão obrigados a compensar as emissões de CO2.

"O Ibama só vai conceder licença de instalação das térmicas de óleo e carvão se o empreendedor fizer abatimento das emissões", disse Minc durante a solenidade de lançamento do Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha Brasileira, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo o ministro, a portaria vai definir as formas de compensação a serem adotadas que poderão se dar, por exemplo, a partir do plantio de árvores, de investimentos em energias alternativas como a eólica e a solar, sistemas de captura de carbono na atmosfera, entre outras. "Com a portaria os empreendedores terão que internalizar em seus custos os danos ambientais que provocam", defendeu Minc.

Para ele, hoje o país está muito atrasado em relação ao uso de energias eólica e solar. Ele defende que sejam adotadas medidas para aumentar a competitividade de energia limpa, como encarecer o custo das fontes de energia poluentes, para "torná-las mais acessíveis, mais baratas".

No dia 15 de abril o ministro pretende apresentar na reunião plenária do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) uma proposta de resolução sobre o tema. Com ela, o conselho poderá estender a estados e municípios a obrigatoriedade de compensação do gás carbônico emitido pelas térmicas.

Minc anuncia mais monitoramentos e defende hidrelétricas – Sítio Eletrônico do MMA – 23/03/2009

O ministro Carlos Minc disse hoje (23), durante a solenidade de abertura do Seminário a *De Poznan a Copenhagen*, promovido pelo Green Peace para debater o aquecimento global, que dentro de dez dias o Ministério do Meio Ambiente anunciará o monitoramento de outros biomas brasileiros, como a Mata Atlântica, os quais serão incluídos nas metas de redução de desmatamento do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima.

Minc explicou que a primeira versão do Plano, editado em dezembro do ano passado, só fixa metas de redução de desmatamento para a Amazônia porque o país não dispunha de informações, em séries históricas, sobre a devastação dos outros biomas - Caatinga, Cerrado, Pampa e Mata Atlântica. Com o monitoramento que passa a ser feito pelo MMA, novas metas para redução de desmatamento também nesses biomas poderão ser incluídas já na primeira revisão do documento, em 2010.

O Seminário *De Poznan a Copenhagen* acontece no navio *Artic Survive*, da ONG ambientalista, que está ancorado no Pier Mauá, no Porto do Rio de Janeiro, em escala da expedição ambiental batizada de "Salvar o Planeta. É Agora ou Agora". O objetivo, segundo o Green Peace, é angariar apoios para que a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que acontecerá em dezembro na Dinamarca, chegue a uma proposta mais avançada. Entre outras autoridades presentes na solenidade de abertura estavam a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério Suzana Khan, o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas Luiz Pinguelli Rosa e coordenador da Campanha Amazônia do Green Peace Paulo Adario.

Na sua exposição, Minc falou sobre as principais iniciativas que estão sendo tomadas pelo MMA para reduzir a emissão de gases de efeito estufa e mitigar os efeitos do aquecimento global, com ênfase à redução do desmatamento.

Entre as principais preocupações do Ministério, Minc destacou a geração de energia limpa, que supra as necessidades de desenvolvimento do País com o menor impacto possível sobre o meio ambiente. Ele citou como exemplo a "Carta dos Ventos", documento que resultou da articulação do MMA com dezoito estados da Federação e está sendo finalizado para apresentação à sociedade. Ele contemplará uma série de propostas e iniciativas para aumentar a geração de energia eólica, como a redução de impostos e a diminuição do índice de nacionalização exigido na produção dos equipamentos.

Minc também aproveitou a oportunidade para defender o licenciamento de novas usinas hidrelétricas, especialmente as de alto potencial de geração de energia com baixa necessidade de inundação para a formação de lagos. O ministro criticou a ação de entidades ambientalistas - que taxou de "ecodemagogas" - que são contra qualquer tipo de hidrelétrica sem considerar que, mesmo que o país invista pesadamente em fontes alternativas de energia - como a eólica e a solar - não há como reduzir a produção das poluentes usinas termelétricas que utilizam óleo diesel ou carvão, sem manter os investimentos na sua matriz de energia renovável baseada nas hidrelétricas.

MMA vai incentivar geração de energia eólica – Carlos Américo - Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2009

O Ministério do Meio Ambiente vai incentivar os estados a ampliar a geração de energia eólica como fonte sustentável de eletricidade, com baixo impacto ambiental, para ajudar a combater os efeitos das mudanças climáticas. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, participou nesta terça-feira (17), em Brasília, do Fórum de Secretários de Estados para Assuntos de Energia onde foram debatidas medidas necessárias para incentivar a participação dessa modalidade na matriz energética do País. Representantes dos estados do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo apresentaram projetos que vêm dando certo na área, alguns já em estado avançado de implementação.

Minc propôs aos participantes do Fórum a realização de um ato público para apresentar à sociedade o potencial eólico do País. O ministro quer ampliar o debate com a participação de ministérios, universidades, secretarias estaduais e sociedade civil. "A fruta está madura para mostrar para a sociedade", disse o ministro.

Segundo ele, o avanço da energia eólica no Brasil é a oportunidade de promover o desenvolvimento regional de maneira sustentável, proporcionando emprego e renda. Minc propôs que o ato público resulte na "Carta dos Ventos", com recomendações ao governo. A reunião de ontem foi proposta pelos secretários para conversar com o ministro sobre a viabilidade dos empreendimentos energéticos e a legislação ambiental.

A oferta de eletricidade por fonte eólica no Brasil representa apenas 0,23% do mercado total, segundo o Operador Nacional do Sistema. Mas o Brasil tem potencial para expandir a oferta, já que o Nordeste é considerado uma das regiões mais bem servidas de ventos. A energia eólica utiliza o vento para mover aerogeradores que têm forma de catavento.

Além da energia eólica, o Ministério do Meio Ambiente vai propor à Casa Civil a utilização de energia solar nas casas populares construídas pelo PAC da Habitação. Ele destacou a importância de um programa de incentivo à geração de energia solar e eólica como formas de auxiliar o País na implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, já que as duas têm baixo impacto ambiental. Para o diretor do Fórum e secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, Julio Bueno, que participou dos debates, a participação do MMA na reunião representa a necessidade de aliar a área ambiental com a energética.

A realidade desumana das mulheres canavieiras em Pernambuco – Sítio eletrônico do MST – 18/03/2009

Neste mês de março, em homenagem a luta das mulheres trabalhadoras, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a Via Campesina Pernambuco mostram, nesta reportagem especial, a realidade das trabalhadoras rurais da zona da mata do estado, vítimas da exploração cotidiana protagonizada pelo monocultivo da cana de açúcar. Os relatos e depoimentos das canavieiras mostram o lado ainda mais perverso do modelo de produção baseado no agronegócio e são a prova da necessária luta contra o agronegócio e pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar para o povo brasileiro:

No município de Água Preta, zona da mata de Pernambuco, às 4h da madrugada de um dia em fevereiro, homens e mulheres saíam de suas casas, carregando marmitas e facões, e caminhavam até o ponto onde os ônibus das Usinas os levariam para trabalhar no corte da cana da região. Nos períodos da safra de cana-de-açúcar em Pernambuco, essa cena se repete todos os dias com milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Todos os 43 municípios da zona da mata - região de maior produção de cana do estado - têm o monocultivo da cana como atividade econômica hegemônica. As plantações chegam a atingir uma área de aproximadamente 450 mil hectares. Em 2008, a produção de etanol (extraído da cana-de-açúcar) no estado, superou em 49% a de

2007. São recordes e mais recordes de produtividade extraídos da terra e do esforço desumano dos canavieiros e canavieiras.

Raízes da pobreza no campo: agronegócio e cana de açúcar - Enquanto o Brasil se destaca no cenário internacional como um dos maiores produtores de etanol do mundo, as grandes regiões de produção de cana no país apresentam índices lamentáveis.

A zona da mata Pernambucana

possui índices GINI de concentração de terras que chegam a atingir 0,9 - pelo índice de GINI, quanto mais próximo do número 1, maior é a concentração de terras - e o estado, como um todo, aparece com o quinto pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país.

Em Pernambuco, a pobreza no campo sempre esteve intrinsecamente ligada à economia desenvolvida pelo modelo de produção da cana. Mesmo quando o estado era o maior produtor nacional do monocultivo - até a década de 70 -, os níveis de pobreza eram um dos maiores do mundo e foram incansavelmente denunciados por cientistas pernambucanos como Josué de Castro e Néelson Chaves. Atualmente, a face moderna da produção da cana se reveste do discurso governamental "pela busca da energia limpa", porém, a custos sociais, ambientais e econômicos muito altos.

A situação de miséria e escravidão se agrava ainda mais com o aumento dos investimentos estatais e privados destinados ao agronegócio e para impulsionar a produção dos agrocombustíveis. Os números comprovam: a oferta de crédito rural do Governo Federal para a agricultura empresarial nesta safra (2008/09) é de R\$ 65 bilhões, contra apenas R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar. No último dia 06 de março, o Governo Federal anunciou mais um "socorro" ao setor sucroalcooleiro paulista e do centro-oeste, com dinheiro público. Na ocasião, foi divulgando a liberação imediata de R\$ 2,5 bilhões para financiar o estoque de etanol e prometeu renegociar uma dívida de R\$ 3,45 bilhões das grandes usinas junto ao BNDES - que só no ano passado liberou mais de R\$ 6,5 bi para várias empresas do milionário agronegócio sucroalcooleiro, utilizando verbas da sociedade e dos trabalhadores, a exemplo do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)

Trabalho escravo - O modelo de produção do agrocombustível, através do etanol, não esconde que uma de suas bases de sustentação é o trabalho escravo. A introdução de novas técnicas produtivas e o excesso de mão de obra disponível aumenta a cobrança por melhores rendimentos dos trabalhadores. Para garantir um salário, o trabalhador precisa atingir determinados níveis de produtividade que exigem esforços desumanos. "O salário daqui, se o cara puxar muito, faz. Se não puxar, não faz não. Pra fazer um salário aqui é um sufoco, tem que trabalhar muito. O trabalho da cana é muito ruim. É um salário e pronto, nós não passa de um salário aqui não", comenta Dona Sebastiana, do município de Água Preta, que trabalha na cana desde os 11 anos. "É três toneladas o salário. Eu trabalho junto com meu marido, aí tem que fazer o que? Seis toneladas", complementa. Relatos de problemas de saúde, por conta do esforço físico exigido, também são frequentes: "É muita dor que eu sinto no meu corpo. Eu tenho problema de gastrite e coluna. Incomoda muito eu abaixando, levantando, abaixando, levantando. Tem dia que eu vou me deitar doente e acordo pior, tomo remédio e é o mesmo que nada. Eu tomo remédio, vou pro médico e não passa a dor. Eu vou trabalhar assim mesmo, um dia boa, outro dia doente", desabafa Dona Sebastiana.

Em 2008, foram encontrados 529 trabalhadores em situações de escravidão e super exploração nas usinas de cana em Pernambuco. Um dos casos mais emblemáticos foi o da Usina Vitória, localizada no município de Palmares, quando, no mês de novembro de 2008, foram resgatados de uma só vez 241 trabalhadores rurais em situações degradantes. Outro caso foi o da Usina Ipojuca, que mantinha em um regime de exploração mais de 150 canavieiros. Já em 2009, no mês de fevereiro, em uma operação do Grupo Móvel de Erradicação do Trabalho Escravo, foram resgatados 252 trabalhadores rurais, dentre eles, 27 menores de idade. Todos encontrados sem as condições mínimas de trabalho exigidas por lei, na Usina Cruangi, município de Aliança, também zona da mata do estado. A realidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem sob essa condição é muito maior do que se tem registro. O Grupo Móvel não consegue acompanhar todas as denúncias de trabalho escravo feitas pelos movimentos sociais do campo.

Mulheres canavieiras - resistência na zona da mata

O caso de Dona Sebastiana se repete em milhares de mulheres que trabalham na cana-de-açúcar. Segundo dados da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) e dos registros dos Sindicatos em cada município, a participação das mulheres nos canaviais do estado varia de acordo com a região. Chega a ser 20% a participação feminina nas usinas de cana em alguns municípios da zona da mata sul do estado. Já na zona da mata norte é quase inexistente a participação das mulheres no processo produtivo da cana. Líderes sindicais avaliam que a força de trabalho feminino no campo tem diminuído gradativamente nos últimos anos. Para a diretora de mulheres da Fetape (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco), Maria Aparecida, a Molica, os pagamentos de benefícios, como a licença maternidade, são alguns dos elementos que têm contribuído para esta diminuição na contratação de mulheres. A causa central é a busca por índices elevados e permanentes de produtividade, com o menor custo possível e sem garantir direitos trabalhistas.

As histórias das mulheres que sobrevivem nos canaviais mostram o lado ainda mais perverso da produção do monocultivo. Além do trabalho na usina, há o trabalho em casa e com os filhos. "Acordo às 2h da madrugada, pegamos o ônibus às 4h e largamos lá pelas 15h, 16h, dependendo da cana. Quando eu chego em casa é muita luta ainda, viu... eu vou arrumar a minha casa né, e a casa do meu pai", comenta a trabalhadora rural Ivanusa Maria da Silva Ribeiro, de 46 anos, cortadora de cana e moradora do município de Água Preta.

Famílias inteiras são submetidas ao trabalho degradante - A trabalhadora rural Dona Maria José, de 46 anos, comenta que começou a trabalhar na cana com 11 anos. "Comecei no lugar da minha mãe, quando ela engravidava e ficava de resguardo." O depoimento de Dona Maria José alerta para um dos grandes problemas, consequência do modelo de produção do monocultivo no estado: "Um grande número de famílias da região são prisioneiras do modelo de produção da cana-de-açúcar. Todos trabalham: pai, mãe e filhos e filhas. O monocultivo criou uma grande dependência na economia da região. A maioria é submetida ao trabalho desumano e não encontra outra oportunidade de trabalho", comenta Bethânia Mello, da CPT.

As mulheres quando engravidam, trabalham até a última hora, para conseguir completar a produção e garantir um salário. "Fiquei meio assim, passando mal, fui pro

hospital já era tempo de ganhar o bebê. Trabalhei de manhã, à tarde já fui ganhar o bebê", comenta uma das trabalhadoras rurais do município de Água Preta.

Ao saírem para enfrentar o trabalho da cana, muitas mães não tem com quem deixar os seus filhos. Muitos desses jovens não conseguem se manter nos estudos e são obrigados a trabalhar. Em muitos dos casos, a cana de açúcar é vista como a única oportunidade. "Eu tive cinco filhos, quando um ia crescendo, ai ficando com os outros. Deixava comida pronta em casa, mamadeira. Quando eu chegava, dava banho, dava mais comida e era assim. Assim criou-se tudinho. Já tá tudo de maior.

Tudo trabalhando na cana" comenta Helena Maria da Silva, de 43 anos, que há 27 trabalha na cana de açúcar. Neste período, criou os cinco filhos sozinha, sem o pai das crianças. De acordo com Molica, da Fetape, as principais reivindicações específicas das mulheres na luta sindical do campo é a criação de espaços de creche, a liberação para a realização de exames preventivos duas vezes ao ano, além de medidas de prevenção contra o assédio sexual, sofrido por muitas trabalhadoras. Segundo Molica, apesar dessas reivindicações já terem sido aprovadas, nenhuma delas são garantidas pelos usineiros.

Mas as trabalhadoras seguem resistindo a esta situação imposta pelo estéril latifúndio, que lhes negam a Reforma Agrária e a dignidade humana. Mulheres, companheiras capazes de gerar vidas e mestras na arte de "descansar", têm a paciência para cultivar a esperança e sonhar com um outro Brasil em que a terra seja partilhada e que haja distribuição de renda. As mulheres se negam a dar continuidade a este modelo de escravidão, causado pelo monocultivo da cana, como diz Dona Maria José: "Não quero gerar nenhum filho para trabalhar na cana, não. Por que isso não tem futuro. Aqui a gente não tem nada, não somos nada."

Jornada de lutas do MAB defende soberania energética e popular – Sítio Eletrônico do MST – 18/03/2009

Denunciar o atual modelo energético e, ao mesmo tempo, debater alternativas. Esse será o eixo da Jornada de Lutas do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) deste ano, realizado na semana deste 14 de março, Dia Internacional de Lutas Contra as Barragens.

O integrante da coordenação nacional do MAB, José Josivaldo Alves de Oliveira, explica que, como em todos os anos, os trabalhadores estão empenhados em evidenciar para a sociedade os prejuízos causados pelas hidrelétricas e a falta de direitos das populações atingidas, que não recebem indenizações e são vítimas de perseguições por parte das empresas responsáveis pelas obras.

Para ele, é essencial revelar os interesses que estão por trás da construção desses grandes projetos, especialmente das empresas transnacionais que participam dos consórcios. "Esse é um modelo falso, que fortalece apenas o acúmulo e a mais-valia para as grandes empresas", argumenta.

Além das denúncias, explica Oliveira, os atingidos por barragens também querem aproveitar a Jornada como um espaço de debate, a fim de repensar o atual modelo energético e propor um novo projeto, baseado na soberania energética e popular. "Os trabalhadores estão construindo um outro modelo, que contemple a classe trabalhadora como um todo e que avance nas conquistas para melhorar a vida do povo",

afirma.

Preço das tarifas

A Jornada também é um protesto contra os altos preços cobrados pela energia. Oliveira lembra que, enquanto as grandes empresas tem a energia subsidiada pelo governo, pagando por ela um preço de custo, a população arca com valores até sete vezes mais altos. Na sua avaliação, são necessárias medidas imediatas para reverter esse quadro.

"Queremos igualdade de preço com as maiores empresas e exigimos que o Estado elimine o subsidio a elas, que consomem muito e geram pouco emprego", destaca.

Os atingidos pedem, ainda, a isenção de cobrança de energia para famílias que consomem até 100kwh/mês, como já ocorre no Paraná.

Crise econômica

Destaque nas agendas dos movimentos sociais, a crise econômica também é ponto importante na Jornada do MAB. Além de um debate sobre os impactos da crise para os trabalhadores, como o aumento do custo de vida e das taxas de desemprego, o coordenador do MAB explica que os atingidos estão pensando a questão também por um viés energético.

Com a queda da atividade industrial, o consumo da energia vem apresentando significativas reduções, o que põe em xeque, segundo Oliveira, a própria política energética atual, sobretudo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prioriza o investimento urgente em novos projetos hidrelétricos.

"Em virtude da crise não há necessidade de construir novas barragens, o consumo real hoje já é menor em 2006, teve uma queda brusca", avalia.

Os atingidos também criticam a postura do governo federal que, além de incentivar os grandes projetos hidrelétricos, tem tido como prioridade a ajuda financeira aos bancos e aos grandes empresários.

"O governo está indo para fortalecer e salvar empresas e banqueiros e também em projetos de grande infra-estrutura do capital, como as hidrelétricas do [rio] Madeira", denuncia.

Recentemente, o governo destinou, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 7,2 bilhões de reais somente para a Usina Hidrelétrica de Jirau, prevista para o Rio Madeira.

Atividades

Em alguns Estados, muitas atividades da Jornada de Lutas do Movimento dos Atingidos por Barragens, aconteceram em conjunto com a Jornada das Mulheres da Via Campesina. Na Paraíba, cerca de 800 trabalhadores participaram de um ato unificado no dia 9/3, com a presença de integrantes do MAB, do MST e da Assembléia Popular.

Em Rondônia, cerca de 500 pessoas participam, desde o dia 11, de um acampamento em Porto Velho. Na última sexta-feira (13/3), os atingidos realizaram um protesto em frente ao escritório do consórcio Madeira Energia, responsável pela construção da usina de Santo Antônio. Em seguida, eles se dirigiram ao Inra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para exigir regularização fundiária das famílias que serão afetadas pelas duas barragens.

Em Santa Catarina, os atingidos por barragens participaram, no dia 9/3, de mobilizações com as mulheres da Via Campesina em Chapecó, Curitiba e São Miguel do Oeste.

No Rio Grande do Sul, os atingidos também participaram das ações da Jornada da Via Campesina no dia 10/3, em Porto Alegre. No dia 11/3, eles participaram de uma ocupação no Banco do Brasil em Erechim, no Norte gaúcho, que resultou na prisão de sete trabalhadores. Ainda no dia 11, militantes da região de Vacaria estiveram mobilizados no escritório da distribuidora de energia RGE, pressionando a empresa para que reconheça as autodeclarações da Tarifa Social, que garante desconto nas tarifas para famílias de baixa renda.

No Paraná, os atingidos pelas barragens do Vale do Ribeira fizeram, no último sábado (14/3), uma mobilização no município de Adrianópolis (PR), em protesto contra a usina de Tijuco Alto.

No Vale do São Francisco, na Bahia, cerca de 200 jovens do MAB e de outros movimentos sociais participaram, nos dias 14 e 15/3, de um Encontro de Formação em Petrolina. Eles discutiram, entre outros temas, a transposição do Rio São Francisco e as barragens construídas e projetadas para o Vale.

Também no último sábado, em Minas Gerais, foi realizada uma panfletagem em Ponte Nova, Guaraciaba e Rio Doce, com o objetivo de alertar a população sobre os direitos dos atingidos pelas barragens e o desrespeito das empresas com as populações locais. Estão previstos, ainda, encontros e debates em universidades e escolas de Belo Horizonte, Ponte Nova, Montes Claros, Jequitiba e Viçosa.

BNDES financia usinas multadas por trabalho degradante – Sítio Eletrônico do MST – 18/03/2009

O montante de R\$ 1,1 bilhão deixou os cofres públicos, por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e financiaram três usinas de açúcar e álcool multadas pela situação degradante em que se encontravam os trabalhadores.

As usinas foram multadas por jornadas de trabalho excessivas, más condições de alojamento, falta de equipamentos de proteção. As multas somam R\$ 540 mil. As três usinas estão instaladas no interior de Goiás. Nenhuma delas, porém, aparece na "lista suja" do Ministério do Trabalho, em que estão as empresas que tenham sido flagradas com trabalhadores em condição análoga à de escravos.

A Usina São João Açúcar e Álcool, por exemplo, recebeu R\$ 456,6 milhões do BNDES para ampliar duas usinas no interior de Goiás. Uma delas, a Agropecuária Campo Alto, em Quirinópolis (294 km de Goiânia), teve no ano passado 24 autos de infração, com 421 encontrados em situação degradante, com más condições de alojamento e falta de equipamentos de proteção individual, segundo o Ministério do Trabalho. A fiscalização ocorreu em maio (multa de R\$ 176,6 mil), e o contrato foi assinado em junho.

A Rio Claro Agroindustrial recebeu R\$ 419,5 milhões para implantar três unidades de processamento de cana. Numa delas, em Caçu (340 km de Goiânia), foram encontradas más condições de alojamento e falta de equipamentos de proteção. O Ministério Público do Trabalho fala em "situação de degradância" na localização dos

trabalhadores. A fiscalização ocorreu em fevereiro (com multa de R\$ 234,6 mil), e o contrato com o BNDES foi fechado em dezembro.

A Usina Porto das Águas recebeu R\$ 278,9 milhões para uma unidade em Chapadão do Céu (595 km de Goiânia). Nessa unidade, além de denúncias de trabalhadores aliciados por "gatos" e submetidos a trabalho degradante, foram encontradas más condições de alojamento e falta de equipamento. O contrato foi assinado em maio, e a fiscalização ocorreu em junho, com multa de R\$ 128,6 mil. As empresas dizem que buscaram se readequar às normas trabalhistas.

Ajudando os "heróis do país"

Na primeira semana deste mês de março, o ministro da agricultura Reinhold Stephanes anunciou um socorro financeiro para os usineiros, no valor de R\$ 2,5 bilhões, mesmo o setor tendo sido o campeão de demissões no campo em dezembro de 2009. Segundo o próprio Ministério da Agricultura, apenas em dezembro de 2008 foram demitidos 134 mil pessoas no campo, sendo que destas o setor sucroalcooleiro contribuiu com nada menos que 70,1 mil demissões (52% do total).

Somente em 2008, o BNDES se comprometeu com o desembolso de R\$ 6,4 bilhões para a indústria canavieira. Isso seria suficiente para pagar o seguro-desemprego de 500 mil cortadores de cana, durante sete anos e meio. Com a crise, a expectativa para 2009 é de um crescimento ainda maior nos repasses, os quais porém não têm tido como contrapartida a garantia de freio nas demissões. Até 2011, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões para o setor.

Num plano mais amplo, a oferta de crédito rural do governo federal para o agronegócio nesta safra (2008/09) é de R\$ 65 bilhões, com isenção de impostos. Em contrapartida, à agricultura familiar serão destinados apenas R\$ 13 bilhões.

Segundo dados do IBGE, daquilo que chega à mesa dos brasileiros, quase 60% vêm da agricultura familiar. No início de seu mandato, o presidente Lula declarou que os usineiros eram os verdadeiros heróis do país.

Soberania energética e Reforma Agrária unificam movimentos de Brasil e Paraguai – Sítio Eletrônico do MST – 25/03/2009

Um ato simbólico nesta quinta-feira (26/3) reúne organizações sociais do Paraguai e do Brasil na Ponte da Amizade, entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. A iniciativa simboliza o começo de um processo de articulação entre movimentos sociais dos países vizinhos, em defesa de soberania energética e Reforma Agrária.

O CUPS (Congresso Unitário Político e Social), fórum que congrega diferentes organizações sociais do Paraguai, realiza mobilizações em oito departamentos do país. No dia 26, movimentos paraguaios e brasileiros realizam ato conjunto na Ponte da Amizade.

“Historicamente temos sido objeto de apoio para o surgimento de organizações de relevância política no Paraguai, o que possibilitou, no dia 20 de abril de 2008, a derrota de uma máfia que estava no poder havia 60 anos”, sustenta o sindicalista Roberto Colman, integrante da CNSIE (Coordenação Nacional pela Soberania e a Integração Energética do Paraguai).

A pressão por Reforma Agrária e a defesa da soberania energética do Paraguai são os dois eixos principais da mobilização. Segundo Colman, tanto na hidrelétrica de Itaipu, em gestão com o Brasil, como em Yaciretá, que o Paraguai divide com a

Argentina, há seis pontos que o país pretende negociar: a livre disponibilidade de energia ao Paraguai, preço justo pelo excedente vendido, revisão das dívidas, cogestão plena, auditorias nas entidades e conclusão de obras.

Luís Aguayo, secretário-geral da MCNOC (Mesa Coordenadora Nacional das Organizações Camponesas), afirma que existiram 13 milhões de hectares de terras irregulares no Paraguai. No entanto, a Reforma Agrária não avança por problemas na estrutura do Estado. “É preciso modificar esta velha estrutura, contraditória para o início da reforma agrária”, assinala.

Os movimentos prometem realizar uma troca de bandeiras na Ponte da Amizade. “Será um ato simbólico, no sentido da solidariedade entre os povos”, afirma Roberto Baggio, dirigente do MST no Paraná. A Via Campesina deve enviar representantes ao ato. Para Baggio, a articulação entre movimentos sociais dos dois países é importante para dar força às reivindicações compartilhadas pelos dois povos. “Brasileiros e paraguaios têm problemas comuns. Neste momento, a luta por Reforma Agrária, soberania alimentar, soberania sobre as sementes, sobre os recursos naturais e energéticos formam uma plataforma comum de lutas. As mobilizações desta semana são passos iniciais para construirmos uma prática de solidariedade permanente entre os povos”, afirma.

Unidade

Partidos de esquerda e movimentos sociais vêm buscando espaços de unidade para promover mobilizações no Paraguai. São três eixos que orientam a atuação do CUPS (Congresso Unitário Político e Social): defesa do processo de mudança no Paraguai e do aprofundamento dos espaços democráticos; soberania nacional sobre terra, energia, alimentos e cultura; justiça social com Reforma Agrária e emprego.

O objetivo é recuperar o espaço perdido com a fragmentação da esquerda nas últimas eleições e construir agendas e temas comuns para pressionar o governo de Fernando Lugo a concretizar as promessas com as quais se elegeu. Para Luís Aguayo, da MCNOC, a fragmentação resultou em pouca participação das organizações sociais no Congresso Nacional. “Houve imaturidade”, avalia. “Agora estamos numa tentativa de construir espaços de unidade. Aos poucos, existem avanços”, completa.

Para Roberto Colman, falta uma proposta conjunta das forças sociais que represente uma alternativa. Ele acredita que as experiências realizadas em anos anteriores, contra as privatizações no país, estão servindo de exemplo para esta tentativa de rearticulação das forças sociais. “Ainda não estão todos os setores, mas é um início importante com articulações e diálogos entre frentes sociais e partidos progressistas importantes do país. A unidade é fundamental para o equilíbrio do poder político e para conquistarmos as grandes transformações sociais de que necessitamos”, diz.

Subsídio à cana no RJ- Valor Econômico – Agronegócios – 27/03/2009

A Câmara dos Deputados aprovou na terça a Medida Provisória 449/2008, que beneficia o setor sucroalcooleiro do norte fluminense. A MP concede aos produtores independentes até R\$ 5 por tonelada de cana. Esse valor é limitado a produção máxima de 10 mil toneladas por produtor a cada safra, limitados a R\$ 50 mil. Os produtores de cana do Nordeste já são beneficiados pela medida.

Estudo da Embrapa aponta trunfo ambiental do etanol – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 31/03/2009

As conversas dos dirigentes dos 20 países mais influentes do mundo, na próxima quinta-feira, em Londres, serão embaladas por uma pesquisa inédita da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva levará na bagagem para os encontros do G-20 um estudo que mostra como a produção de etanol pode reduzir de forma significativa as emissões de gases causadores do efeito estufa - sem dúvida, um tema caríssimo ao colega americano Barack Obama e a quase todos os mandatários dos países industrializados.

Preparado sob encomenda do Palácio do Planalto, o levantamento da unidade Embrapa Agrobiologia, de Seropédica (RJ), aponta que, mesmo levando-se em consideração todo o processo de produção da cana-de-açúcar, a fabricação do álcool, o transporte, a distribuição e a comercialização do combustível, o etanol brasileiro reduz em 73% a emissão total de dióxido de carbono (CO₂), do óxido nitroso presente no nitrogênio de fertilizantes, e do gás metano (liberado pela queima da palha da cana e na vinhaça) na atmosfera.

O estudo da Embrapa sustenta que, se toda a frota de veículos brasileiros movidos a gasolina passasse a queimar etanol em seus motores, haveria uma economia de 53,3 milhões de toneladas ao longo de um ano. Isso equivale a 14% das emissões totais de CO₂ pela França - ou 25% do consumo dos franceses em energia de transportes (diesel e gasolina), de acordo com os pesquisadores da Embrapa.

Em valores médios, a redução pode ser constatada pelo exemplo de uma caminhonete modelo S-10, da Chevrolet. Alimentado por etanol, o motor "flexpower" do veículo emite 9,4 quilos de CO₂ a cada 100 quilômetros rodados. Com motor turbo movido a diesel, a emissão sobe a 29,7 kg. Com gasolina tipo "A", sem mistura, o mesmo motor descarrega 35,1 kg de dióxido de carbono no ar.

"Ou seja, com etanol, a picape emitiu apenas 27% gases de efeito estufa", resume o pesquisador Robert Boddey. Inglês naturalizado, o cientista afirma que o balanço energético é "amplamente favorável" ao etanol. "E o presidente Lula poderá mostrar isso com orgulho aos líderes das maiores economias globais".

O estudo, realizado em conjunto com os pesquisadores Bruno Alves, Segundo Urquiaga e Luís Henrique Soares, admite, porém, que a cana cultivada em áreas novas fica "mais suja". Ao plantar e manejar a gramínea, há impacto para produzir a cana. Um produtor de milho ou soja estimula em três toneladas a emissão de CO₂.

Nessas áreas, a cana emitiria 4.420 kg de dióxido por ano. Em lavouras de soja e milho, cultivadas em duas safras por ano em produtividade média de 2,5 mil a 3 mil kg por hectare, as emissões somariam apenas 1.160 kg/ano de CO₂. Em pastagens, cuja produtividade (baixa) chegue a 0,7 unidade animal por hectare (ou um boi de 350 kg),

as emissões subiriam a 2.840 kg/ano. Mas ficariam ainda bem longe das emissões da cana-de-açúcar.

Mas, ao utilizar a cana para substituir a gasolina, deixa-se de emitir 9 toneladas de CO₂. Isso porque o total de etanol produzido em um hectare equivale a uma economia média de 12 toneladas de CO₂ por ano

"Sempre mitiga a emissão, mas esse grau varia em função de quanto eram as emissões no uso anterior da terra", explica o pesquisador Bruno Alves. "Se a cana entra em área de uso intensivo de pecuária, por exemplo, reduz de forma significativa essas emissões. Em áreas menos tecnificadas, a redução é menor".

A Embrapa Agrobiologia prepara, agora, estudos com dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) para comparar a economia de CO₂ na produção de etanol de milho americano. "Deve ficar bem abaixo do resultado do etanol de cana", estima Robert Boddey.

PCP associa-se a fundo dos EUA em projetos de usinas – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 31/03/2009

A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA), com três projetos "greenfield" (construção a partir do zero) de usinas de álcool no Triângulo Mineiro, associou-se ao fundo americano com foco em energia ZBI Ventures (Ziff Brothers Investments), que terá um terço do capital da empresa. A companhia sucroalcooleira tem como sócias a Pactual Capital Partners (PCP), que administra recursos dos acionistas do antigo Banco Pactual, e a JF Citrus, empresa citrícola instalada em Bebedouro (SP).

Antes da sociedade ser formalizada, a PCP detinha 53% do capital da empresa e a JF Citrus os 47% restantes. Os projetos da CMAA foram idealizados em 2006 e preveem a construção de três usinas de álcool, com investimento "um pouco acima de R\$ 1 bilhão", de acordo com Luiz Otávio Laydner, diretor da PCP.

Segundo Laydner, as três usinas da CMAA deverão ter capacidade total para moer 9,6 milhões de toneladas em sua primeira fase, chegando a 15 milhões de toneladas a longo prazo (5 milhões de toneladas de cana cada uma), com produção de 280 milhões de litros de álcool combustível.

A primeira usina da companhia, batizada de Vale do Tijuco, que está sendo erguida em Uberaba, deverá entrar em operação a partir da safra 2010/11. O projeto está com a fase agrícola e industrial em estágio avançado. Cerca de 2 mil hectares já estão ocupados com cana, de acordo com Carlos Eduardo Martins, diretor da PCP. Os outros

dois projetos estão previstos para a região de Uberlândia, também na região do Triângulo Mineiro.

A princípio, a produção de álcool das usinas deverá ser destinada para o mercado interno. "Ainda não temos a real dimensão do que poderá ser exportado", afirmou Laydner. Os projetos também contemplam a produção de açúcar no futuro.

Nem mesmo o projeto saiu do papel, a CMAA já tem comprometida a venda de energia a partir do bagaço de cana. "Participamos do leilão de reserva organizado pelo governo no fim do ano passado", afirmou Martins. As usinas da CMAA deverão gerar, em conjunto, 210 MW.

A companhia já formalizou uma carta consulta junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) para financiar uma parte do projeto. Cerca de 50% do investimento na primeira usina foi financiada com recursos próprios dos acionistas, segundo os executivos da PCP.

A chegada do fundo americano é considerada estratégica, uma vez que a ZBI possui expertise em energia. O fundo terá uma fatia de um terço do capital social total e votante, no valor de R\$ 48,714 milhões. "Este é o primeiro projeto do fundo em agronegócios no Brasil", afirmou Laydner. A expansão da CMAA será por meio de projetos "greenfield" e também por meio de aquisições, caso haja uma boa oportunidade no mercado.

A chegada da ZBI ao país pode sinalizar a volta de fundos no setor sucroalcooleiro, depois da fase mais crítica da crise financeira.

Biodiesel

Mais biodiesel, pouca inclusão social no campo – Bruno Villas Boas – O Globo – Economia – 01/03/2009

Meta de envolver 200 mil pequenos agricultores evapora e só 82 mil devem ser beneficiados este ano

Após abandonar o objetivo inicial de vincular 200 mil agricultores familiares ao programa brasileiro de biodiesel, o governo federal constatou que também não chegará perto de cumprir sua meta revisada de abranger 100 mil pequenos produtores este ano — serão 82 mil famílias, cerca de 20% a menos que o previsto. O golpe ocorre no momento em que o Ministério de Minas e Energia (MME) estuda aumentar a adição de biodiesel ao diesel dos atuais 3% (B3) para 4% (B4) já em 2009, o que significará um oferta adicional de 400 milhões de litros do combustível anualmente.

O programa de biodiesel foi criado em 2005 com foco na inclusão social. Pequenos agricultores plantariam oleaginosas (como mamona, pinhão-manso, girassol e nabo) para as usinas, gerando emprego e renda no campo. Mas as culturas não se mostraram viáveis até aqui. Entre os motivos, o alto custo para criação de cooperativas agrícolas, preço final pouco competitivo e questões técnicas, como no caso da mamona, considerada viscosa para motores.

— Com isso, o biodiesel está sendo produzido com soja e sebo animal de grandes empresas, que utilizam tecnologia e pouco aproveitam a agricultura familiar — explica o professor Miguel Dabdoub, especialista em biodiesel da USP.

Usinas trocam mamona e pinhão por óleo de soja Segundo dados do MME, 97% do biodiesel consumido no país (1,2 bilhão de litros por ano) são produzidos a partir de óleo de soja e sebo animal. São gigantes como ADM, Granol, Caramuru e Biocapital. Já oleaginosas como mamona, pinhão-manso e girassol não chegam, somadas, a 1% do total. O biodiesel é todo comprado pela Petrobras em leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a preços subsidiados.

Desde o início do programa, foram adquiridos 2,26 bilhões de litros. A estatal pagou R\$ 4,8 bilhões pelo volume, preço médio de R\$ 2,13 por litro.

Para especialistas, o programa foi bem sucedido em atender às metas de produção, mas permanece distante da “revolução no campo” propagada em seu lançamento. Um novo ingrediente foi a queda do preço da soja no mercado mundial, efeito da crise econômica global, o que tornou a commodity mais atraente à produção do combustível.

— Não vejo mudança desse cenário no médio prazo. No governo, estão agora apostando no pinhão-manso. Mas também não existe domínio tecnológico do pinhão — afirma Dabdoub.

Até empresas que investiram na produção de biodiesel a partir da agricultura familiar tomaram outros rumos. É o caso da Brasil Ecodiesel, que construiu quatro usinas no Nordeste para produzir o combustível a partir da mamona e pinhão-manso.

E chegou a criar cooperativas de agricultores, como em Juazeiro (BA), onde cem famílias plantaram mamona para abastecer a unidade de Iraquara, na Bahia. Hoje, as usinas produzem o biodiesel a partir da soja comprada no CentroOeste. O projeto da mamona e pinhão-manso foi suspenso.

Jório Dauster, presidente do Conselho de Administração da empresa, diz que, além das questões de qualidade e custo, o cultivo não decolou por falta de mobilização do governo: — Os agricultores da região têm pouco conhecimento do cultivo, não têm acesso à conta corrente, ao crédito. Criamos cooperativas, mas isso tem um custo alto para uma empresa.

Ficou claro que precisávamos do apoio do governo, o que infelizmente não aconteceu. O problema não se resumiu ao Nordeste. No município de Barbacena (MG), a 169 km de Belo Horizonte, a empresa Fusermann inaugurou em 2007 uma usina para produzir biodiesel a partir do nabo forrageiro.

Centenas de agricultores locais entraram na empreitada, mas os custos se revelaram inviáveis. A safra não foi comprada e virou ração de gado, conta Márcio da Silva, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbacena.

— Quando o projeto surgiu, foi um boom por aqui. Teve datashow e tudo. Mas a Fusermann nunca vendeu um litro de biodiesel — diz Silva.

A usina esmaga hoje amendoim e algodão para exportação.

Luciano Piovesan, diretor-geral da Fusermann, explica que o biodiesel seria rentável só com soja. Ele lembra que o leilão da ANP chegou a pagar R\$ 2,39 por litro em 2008, mas o preço final do produto a partir da oleaginosa fica em R\$ 2,65.

— As grandes empresas que trabalham com soja têm custo muito baixo — diz Piovesan, que criticou incentivos fiscais às grandes produtoras por meio do Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ministério reconhece que programa tem problemas As usinas que produzem biodiesel com um percentual mínimo pré-estabelecido de matériaprima da agricultura familiar tem direito ao selo. Mas sua fiscalização é frequentemente colocada em dúvida.

— Pelo volume de biodiesel vendido e o número de pequenos agricultores no programa, fica difícil acreditar no selo — diz Braz Albertini, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo.

O MDA foi procurado, mas nenhum porta-voz foi localizado para comentar a declaração. O diretor de Combustíveis Renováveis do MME, Ricardo Dornelles, reconheceu que o programa “não está perfeito” e que os “rumos estão sempre sendo corrigidos”. Segundo ele, pode haver problemas de fiscalização no Selo Combustível Social, que estaria sendo revisto pela pasta do Desenvolvimento Agrário para abranger mais agricultores familiares.

Selo Combustível Social: mudanças melhoram agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 02/03/2009

O Selo Combustível Social alterou os percentuais para a aquisição de matéria-prima da agricultura familiar voltada à produção de biodiesel. Para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o percentual agora é de pelo menos 30% de aquisições (antes era 50%). Já para as regiões Norte e Centro-Oeste, este valor é de 10% até a safra 2009/2010. Na safra 2010/2011, ele subirá para 15%. Todas as novidades do aperfeiçoamento do Selo Combustível Social estão na Instrução Normativa (IN) número 1, publicada no Diário Oficial da União (DOU) da última quarta-feira (25).

Para o coordenador do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) pelo MDA, Arnoldo de Campos, as mudanças nas porcentagens das aquisições da agricultura familiar possibilitarão mais equilíbrio entre as regiões, facilitando o investimento das empresas produtoras de biodiesel, principalmente as do Nordeste.

Atualmente, 30 empresas possuem o Selo. Ele é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional. Para isso, atuam gerando emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf.

No Nordeste, Sudeste e no Sul, cerca de 80 mil agricultores familiares estão envolvidos na produção de oleaginosas. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, esse número é de aproximadamente 2,7 mil agricultores.

Custos

Outra mudança com a Instrução Normativa 1 é a possibilidade de inclusão, nos custos de aquisições de matérias-primas da agricultura familiar, dos gastos com análise de solos, prestação de assistência técnica, doação de insumos e serviços ao agricultor. A soma desses itens limita-se, em relação ao valor da aquisição da matéria-prima em si, a 100% para as compras das regiões Norte, Nordeste e do Semiárido. Para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, o índice é de 50%. "Esta novidade no Selo vai trazer mais investimentos para a assistência técnica aos agricultores e mais qualidade nesses serviços", avalia Campos.

O coordenador do PNPB no MDA explica que, agora, a entidade que representa o agricultor familiar no respectivo estado deverá atestar, por escrito, os termos e condições contratuais pactuados e a lista dos agricultores contratados. "Isso traz maior legitimidade a relação contratual e permite o compartilhamento de responsabilidades com as organizações dos agricultores".

Para Campos, o Selo Combustível Social inova quanto à obrigação da prestação da assistência técnica, que passa a ser componente obrigatório do contrato. Para garantia de maior qualidade deste serviço, os procedimentos da assistência também passam a ser descritos. Assim, são levados em consideração, por exemplo, a tomada de decisão e planejamento sobre o plantio; a elaboração e /ou acompanhamento do projeto técnico para a produção de oleaginosas (para os agricultores que quiserem acessar o financiamento do Pronaf ou para adiantamento de insumos efetuados pelo produtor de biodiesel); o plantio; a condução da lavoura; a colheita; e o pagamento do financiamento, quando for o caso.

Mais rigor

O rigor no cumprimento das exigências do Selo pelas empresas aumenta, já que deverão informar trimestralmente sobre o contrato e as aquisições e, anualmente, sobre a assistência técnica. Além disso, as visitas às empresas serão intensificadas para dar mais segurança ao agricultor familiar. "O programa é muito dinâmico e exige informações com mais periodicidade. Esta medida vai permitir maior controle", diz.

As organizações da agricultura familiar, os movimentos sociais, a rede oficial de assistência técnica e as organizações não-governamentais que trabalham com a agricultura familiar também ajudarão nesta tarefa de fiscalizar o cumprimento dos contratos.

Benefícios do Selo

Por meio do Selo, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de PIS/PASEP e COFINS com coeficientes de redução diferenciados, além poder usufruir de melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas Instituições Financeiras Credenciadas, ao Banco da Amazônia S/A (BASA), ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao Banco do Brasil S/A ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com Selo Combustível Social.

Os leilões públicos para comercialização de biodiesel reservam 80% dos lotes para oferta exclusiva daqueles produtores que possuam o Selo Combustível Social – uma oportunidade fundamental para conferir segurança na comercialização da produção.

PA Nova Querência inaugura primeira usina de óleo vegetal do MS – Sítio Eletrônico do MDA – 05/03/2009

A primeira usina de óleo vegetal em áreas da reforma agrária no Mato Grosso do Sul será inaugurada neste domingo (7), às 8 h, no Projeto de Assentamento (PA) Nova Querência, no município de Terenos, a 30 quilômetros de Campo Grande. O evento marca

o fim das obras de infraestrutura e o início do funcionamento da unidade de processamento de grãos para produzir biodiesel.

O empreendimento é uma iniciativa da Associação dos Agricultores e Agricultoras do Município de Terenos (Assafra). Em atividade há quase cinco anos, a entidade buscou parcerias e conseguiu adquirir o equipamento. Como ainda faltava um local adequado e recursos para fazê-lo funcionar, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) cedeu um terreno de 12,9 hectares, enquanto o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), do Banco do Brasil, financiou 96 mil reais para construir o barracão onde a pequena fábrica foi instalada.

A fábrica tem capacidade para gerar dois mil litros de óleo por dia, com matéria prima vinda do próprio assentamento. Foram implantados 100 hectares de pinhão manso de forma experimental e o restante da capacidade será aproveitada por outras culturas como girassol e amendoim.

“Preferimos o pinhão manso porque rende até 35% do peso em óleo, enquanto a soja não passa de 18%”, explica Francisco Hélio da Silva, presidente da Assafra. Silva conta ainda que a previsão é estender a produção de oleaginosas para 85 famílias, tudo com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para que o projeto dê certo, a Assafra contratou três técnicos dedicados a acompanhar as lavouras e orientar os agricultores.

Na visão do assentado, o escoamento da produção não será um problema. O grupo conta com a facilidade do Selo Combustível Social, instituído Governo Federal. O programa concede incentivos fiscais e facilidades de financiamento aos fabricantes de agrocombustíveis que adquirem a produção de assentamentos e agricultores familiares.

Inclusão digital

Paralela aos avanços produtivos, a Assafra comemora melhorias na qualidade de vida da comunidade.

Junto à usina de extração de óleo, será inaugurada uma sala com dez computadores doados pela Fundação Banco do Brasil. Duas monitoras foram capacitadas para ministrarem cursos de computação e garantirem a inclusão digital aos assentados. As inscrições estão abertas e podem ser feitas na Assafra ao custo de R\$ 25 por mês.

A iniciativa complementa os treinamentos em administração de empresas e cooperativismo realizados no ano passado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Trabalho degradante – Valor Econômico – Agronegócios – 27/03/2009

O grupo de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Tocantins libertou 280 trabalhadores da Fazenda Bacaba, em Caseara, que pertence à Saudibras Agropecuária e Empreendimentos. Segundo a ONG Repórter Brasil, essas pessoas, que atuavam no plantio de pinhão-manso para a produção de biodiesel, estavam em condições degradantes de trabalho.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Diplomacia do álcool – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 14/03/2009

É obrigação de Lula tratar com Obama da injusta sobretaxa contra produto brasileiro, porém sem excesso de expectativa



EM SEU primeiro encontro com Barack Obama, hoje, espera-se que o presidente Lula toque no tema sensível da sobretaxa imposta ao álcool brasileiro, de pouco mais de 14 centavos de dólar por litro. O contencioso se arrasta há anos. Com a reviravolta prometida pelo presidente Obama na política energética do país que mais consome combustíveis no mundo, viceja no Planalto e entre produtores a expectativa de que a tarifa seja enfim eliminada. Melhor, porém, ir devagar com o andor.

O planeta e a economia já deram muitas voltas desde que teve início o boom do álcool. De dois fatores que contribuíram para a expansão dos investimentos no setor - carros flex, no Brasil, e substituição do aditivo MTBE na gasolina dos EUA-, pelo menos do segundo se pode dizer que seu efeito parece esgotado.

Depois de um salto, há três anos, as exportações do biocombustível brasileiro ao mercado americano oscilaram muito, mas não ultrapassaram o patamar de 10% da produção no melhor ano (2006, com 1,8 bilhão de litros embarcados). Enquanto a

produção brasileira disparava, movida sobretudo pelo mercado interno, as vendas diretas para os EUA em 2008 ficaram em mero 1,5 bilhão de litros, contra uma produção total de 26,6 bilhões.

São cifras modestas diante dos 57 bilhões de litros de álcool que os americanos estariam consumindo em 2022, se um dia vier a ser cumprida a meta, fixada por George W. Bush no final de 2006, de aumentar a participação dos biocombustíveis para 20% na matriz americana. Como os Estados Unidos não têm terra para ampliar tanto sua produção, produtores brasileiros se animaram com a perspectiva de mercado. Mais entusiasmo ainda despertou Obama candidato, com as indicações de que aceleraria a marcha para fontes alternativas de energia, biocombustíveis incluídos.

Obama se elegeu, mas sobreveio também a maior crise econômica em muitas décadas. Preços e consumo de álcool combustível nos EUA estão caindo, de par com os da gasolina. Já se dá como certo que as metas de Bush não serão cumpridas. Não parece provável que o novo presidente, na tormenta atual, assuma o compromisso de rever a sobretaxa. A medida seria encarada como danosa aos interesses do produtor americano. Obama pode até surpreender e fazer algum aceno, mas os brasileiros devem preparar-se para esperar mais algum tempo pela medida que, além de justa, traria mais segurança ao setor alcooleiro.

Química presidencial – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2009

O S PRESIDENTES Lula e Obama se reúnem hoje, em Washington, e tentarão acertar os ponteiros na direção de uma agenda comum. O agronegócio brasileiro tem muito interesse no resultado dessa reunião, devido a um grande número de itens que afetam o setor. O cumprimento, por parte dos americanos, da decisão da OMC que determina a redução dos subsídios ao algodão é um tema, bem como a abertura do mercado deles à nossa carne verde e a redução das tarifas sobre nosso suco de laranja. Mas há dois deles que são de fundamental importância: a conclusão positiva da Rodada Doha, que significaria aumento do comércio agrícola mundial, e a importação, pelos EUA, do nosso álcool. O primeiro encontra resistência entre os países desenvolvidos por causa dessa nova onda de protecionismo determinada pela crise econômica global, que objetiva reduzir o desemprego, a quebra de empresas nacionais desses países e a própria recessão. O presidente Obama, em linha com outras lideranças primeiro-mundistas, tem falado contra o protecionismo que distorce mercados, mas isso precisa ser posto em prática. Já a questão do álcool é aparentemente menos complicada. Há pelo menos duas grandes razões para os EUA comprarem nosso produto. A primeira, apontada pela Comissão Internacional de Biocombustíveis, é que, pela legislação sobre energia votada em 2007, os americanos precisarão de 36 bilhões de galões de álcool no ano de 2022, cerca de 130 bilhões de litros, quase cinco vezes mais o que podem produzir hoje. E a Flórida sozinha adotou a meta de 10% de álcool em toda a sua gasolina já no ano de 2010. Produzir 36 bilhões de galões já era bastante difícil antes da

crise, principalmente porque a matéria-prima para o álcool americano é o milho, e aí há uma certa disputa com alimentos. Até por isso eles investem vigorosamente na pesquisa de álcool de celulose, com resultados que virão no médio prazo.

Por causa disso, saiu o acordo entre Brasil e EUA, para estimularem juntos a produção de álcool da cana em países da América Central e do Caribe, onde projetos vêm sendo desenvolvidos com a ajuda da Fundação Getulio Vargas. Com a crise, os preços do petróleo caíram, bem como os do milho. Indústrias de álcool haviam comprado o cereal a US\$ 5/bushel no mercado futuro e ficaram no prejuízo com a queda dos preços. Com o petróleo barato, perderam competitividade e muitas fecharam. Isso tudo complicou ainda mais a meta para 2022, e o Brasil pode ser o grande supridor da demanda não resolvida internamente, com um projeto negociado e crescente ano a ano. A segunda razão é ainda mais importante, vem sendo amplamente divulgada pela Unica e tem a ver com o aquecimento global. É sabido que o álcool produzido pela cana -considerado todo o ciclo, desde o plantio até a queima do combustível- emite apenas 11% do CO2 emitido pela gasolina. Desde 2003, o uso do álcool em carros flex no Brasil evitou a emissão de 42 milhões de toneladas CO2, equivalentes, segundo a entidade, ao efeito de 143 milhões de árvores durante 20 anos! Eis uma vantagem extraordinária para o ambiente, tema para o qual o presidente Obama tem sido muito mais sensível que seu antecessor. Esperamos que a "química" entre os dois presidentes, hoje, seja também maior que a que havia entre Lula e Bush. E contribua para a construção do tão sonhado mercado global de biocombustíveis.

"Rezo mais por ele do que por mim", diz Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009

No momento mais descontraído da coletiva de imprensa dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Barack Obama, o brasileiro arrancou risadas quando, ao comentar a gravidade da crise financeira, disse que "não queria estar no lugar dele [Obama]" porque, "com só 40 dias de mandato, ele tem um pepino como esse" para resolver como presidente dos EUA, epicentro da crise mundial. "Eu estou rezando mais por ele do que por mim", disse Lula.

Ao traduzir a palavra "pepino", o intérprete usou a expressão "grande problema". Obama respondeu ao comentário com bom-humor, dizendo: "Você parece a minha mulher falando".

Em outro momento, Lula disse que, quando Obama visitar o Brasil, convidará o colega a dirigir um carro flex, "para ver a tranquilidade" que é dirigir um carro movido a álcool.

Obama disse que tem um carro flex, mas o problema nos EUA é a falta de postos de gasolina que ofereçam etanol.

Usineiros querem discussão sobre etanol em encontro de Lula e Obama – Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil – 12/03/2009

Usineiros brasileiros sugeriram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que proponha ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, a criação de mecanismos capazes de aprofundar a cooperação entre os dois países na área energética e aumentar as vendas de etanol do Brasil para o cobiçado mercado americano, onde o produto enfrenta barreiras para entrar.

Representantes do setor estiveram nos últimos dias com ministros e o próprio Lula, num esforço para assegurar que o tema entre na conversa que ele terá com Obama sábado, na Casa Branca. Diplomatas envolvidos com os preparativos da reunião esperam que o assunto seja discutido, mas duvidam que o encontro, que será o primeiro contato pessoal dos dois presidentes, produza avanços nessa área.

O Brasil e os EUA assinaram há dois anos um memorando de entendimentos para promover o uso de combustíveis alternativos como o etanol em alguns países do Caribe e ampliar a demanda mundial pelo produto. Mas o acordo não produziu até hoje benefícios para os usineiros brasileiros e isso acabou gerando enorme frustração na indústria.

O Brasil vendeu no ano passado 1,7 bilhão de litros de álcool para os EUA, o equivalente a pouco mais de 5% do consumo americano e 7% da capacidade de produção brasileira. Os usineiros acham que teriam condições de dobrar suas exportações para os EUA se fossem removidas as tarifas que o país cobra do etanol importado atualmente.

"Tem álcool sobrando no mundo inteiro hoje e o Brasil poderia ajudar os americanos a aumentar o consumo de biocombustíveis, complementando a produção das usinas americanas", disse o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Jank, que chegou a Washington na terça-feira para manter contatos com o governo e o Congresso.

A crise econômica internacional atingiu em cheio a indústria de etanol dos EUA. Pelo menos 23 usinas fecharam nos últimos meses e investimentos na expansão do setor foram suspensos, gerando dúvidas sobre sua capacidade de aumentar a produção de combustível no ritmo necessário para cumprir metas de consumo estabelecidas pela legislação para os próximos anos.

Muitas usinas brasileiras também estão enfrentando dificuldades financeiras, mas o álcool do Brasil, onde o combustível é extraído da cana-de-açúcar, é mais competitivo do que o produzido nos EUA, onde as usinas usam o milho como matéria-

prima. A principal tarifa cobrada pelos americanos nas importações de álcool do Brasil vence em dezembro de 2010, mas pode ser renovada pelo Congresso.

Na campanha eleitoral do ano passado, Obama defendeu em várias ocasiões a manutenção dos incentivos que protegem a indústria americana. Mas de lá para cá o setor perdeu parte do apoio que tinha no Congresso por causa da preocupação crescente com o impacto da expansão dos biocombustíveis sobre o meio ambiente e os preços dos alimentos no mundo inteiro.

Paralelamente, empresários do Fórum Brasil-EUA de Altos Executivos, grupo que representa vários setores com negócios nos dois países, planejam enviar a Lula e Obama até amanhã uma carta para cobrar seu empenho nas negociações de um acordo que elimine a dupla tributação das empresas que têm atividades nos dois países, uma antiga reivindicação do setor privado.

Brasil e EUA discutem esse assunto há vários anos e recentemente assinaram um acordo para troca de informações na área tributária, considerado um passo preliminar para a discussão de um tratado mais abrangente. Mas o acordo empacou no Congresso brasileiro, por causa do incômodo gerado em setores da indústria nacional pelo grau de acesso exigido pelas autoridades americanas às informações que o fisco brasileiro tem sobre elas.

Agência japonesa faz do Brasil 'elo' para outros mercados – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 13/03/2009

Abastecida com um orçamento US\$ 10,3 bilhões para o atual ano fiscal, a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA, na sigla em inglês) acaba de concluir um amplo processo de reformulação e vai alterar a estratégia de atuação no Brasil.

A partir de abril, quando começa o novo ano fiscal japonês, o modelo de cooperação passará a usar a proximidade cultural e a liderança global brasileiras para ampliar acordos tripartites em agricultura e saúde com nações de língua portuguesa na África e países da América do Sul. Hoje, a cooperação nipo-brasileira está alicerçada no modelo bilateral.

"Essa é a tendência. O Brasil não só receberá cooperação técnica japonesa, mas passará a ajudar terceiros países como doador dessa cooperação", resume o coordenador de projetos de Meio Ambiente e Agricultura da JICA, Kazuaki Komazawa.

Dona do segundo maior orçamento entre os organismos de cooperação internacional, atrás do Banco Mundial, a JICA completa 50 anos de atuação no Brasil em 2009. A carteira ativa da agência japonesa no país soma quase US\$ 1 bilhão.

É a maior da América do Sul e a sexta no mundo. A cooperação entre os dois países está em declínio em razão do acelerado crescimento econômico brasileiro, o que levou o governo japonês a mudar o foco da atuação para países mais pobres nas áreas de saúde, agricultura, recursos hídricos e governança. O auge da parceria ocorreu na década de 70, com o desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e estudos de recursos minerais.

Os projetos de cooperação incluem treinamento de brasileiros no Japão, envio de especialistas japoneses ao Brasil, doação de equipamentos e formulação de programas.

Com escritórios em 90 países e 1,6 mil funcionários, a nova JICA passou a centralizar, desde outubro, as ações de cooperação internacional do Japão. Incorporou as operações financeiras e econômicas sob gestão do Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC) e parte das ações de assistência a fundo perdido ligadas ao Ministério de Negócios Estrangeiros. A nova JICA passou a privilegiar ações globais em mudanças climáticas, água, alimentos, energia, doenças infecciosas e crise econômica, além de focar a redução da pobreza, fortalecimento institucional e reconstrução de países afetados por guerras e desastres.

No Brasil, a JICA mantém uma carteira de 15 projetos de financiamento ativos. São cerca de US\$ 2,5 bilhões emprestados a juros anuais baixíssimos de 0,6% a 1,7% com prazos de até 25 anos e sete de carência. A JICA negocia dois novos projetos de US\$ 200 milhões no país.

O novo tripé prioritário para a agência japonesa no Brasil passou a privilegiar ações de meio ambiente (Amazônia e biocombustíveis), desenvolvimento social (infraestrutura e agricultura nas regiões Norte e Nordeste) e cooperação tripartite em agricultura e saúde na África e América Latina.

No setor agropecuário, há três projetos ativos. Uma cooperação técnica de US\$ 3 milhões na região de Alexandria (RN) dá apoio a pequenos produtores de biodiesel e ração animal a partir do plantio de girassol e pesquisas com pinhão manso. Em cooperação tripartite, a JICA mantém programas de treinamento de especialistas de países amazônicos em sistemas agroflorestais ao custo de US\$ 60 mil. Também treina profissionais africanos e sul-americanos no cultivo e manejo de hortaliças na Embrapa Hortaliças, no Gama (DF), e ensina técnicas de plantio e conservação genética da mandioca na Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, em Cruz das Almas (BA)

Opep contraria previsão e decide manter produção – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/03/2009

A Opep, grupo formado pelos 12 maiores produtores de petróleo, interrompeu ontem seu programa de corte de produção, temendo agravar ainda mais a recessão nos maiores países consumidores.

Desde dezembro passado, o grupo segue um cronograma para reduzir sua produção em 4,2 milhões de barris diários. Atualmente, 80% da meta já foi cumprida. Dessa vez, esperava-se que os países da Opep fossem anunciar um novo corte para elevar o preço do barril, que despencou de US\$ 147, em julho de 2008, para US\$ 47.

Preço baixo inviabiliza investir em petróleo, avalia Opep – Humberto Medina -
Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/03/2009

A Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) avalia que, com os baixos preços do petróleo, não será viável investir no setor. Com pouco investimento, a produção não deverá aumentar e, no futuro, quando houver aumento da demanda, os preços poderão subir muito, como sinalização de possível escassez. O relato foi feito à **Folha** pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que participa de seminário da Opep em Viena.

"Há pessimismo em relação aos preços e não há margem para investir na indústria do petróleo." Segundo o ministro, o preço do barril teria que estar em pelo menos US\$ 50, mas o ideal seria algo em torno de US\$ 60 e US\$ 70. Ontem, fechou em US\$ 48,14 em Nova York.

O antiamericanismo do governo Lula – Sergio Leo – Valor Econômico – Opinião –
16/03/2009

A alegria quase adolescente com que as autoridades brasileiras falam da aproximação entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Barack Obama desmoraliza um dos mais frequentes lugares-comuns nas críticas à política externa do governo, a acusação de antiamericanismo. Quando se trata da relação comercial Brasil-EUA, os críticos têm até (reduzida) base real para reprovações contra Lula e assessores, mas o chavão foi esquecido neste fim de semana. Parte das atenções para o encontro entre Lula e Obama se concentrou em uma tolice, as tarifas dos EUA contra o etanol brasileiro.

Etanol não é besteira, nem o esforço brasileiro para derrubar as barreiras dos Estados Unidos contra qualquer produto brasileiro, especialmente commodity tão simbólica. Mas medir os resultados do primeiro encontro dos presidentes por decisões que possam adotar em relação à tarifa do álcool é um exercício de quem ignora a natureza e funcionamento do poder nos EUA.

Não será na Casa Branca que se decidirão mudanças relevantes na política comercial americana nessa questão. É no Capitólio, o Congresso dos EUA. Que, aliás,

rejeitou na semana passada a tentativa feita por Obama de reduzir os subsídios pesados à agricultura, que distorcem o comércio e prejudicam países competitivos como o Brasil.

Curiosamente, o blogue da Casa Branca contraria o noticiário que, no Brasil, insinuou uma aparente relutância de Obama em reduzir a tarifa aplicada sobre o etanol brasileiro nos EUA. O texto do governo americano fala do tom "positivo e otimista" de Obama, que limitou-se a dizer o óbvio - a questão do etanol não se resolve do dia para a noite - e disse acreditar que essa fonte de atrito se eliminará com o tempo, à medida em que os dois governos aprofundarem a troca de "ideias, comércio, intercâmbio no setor de biocombustível". Esse último comentário foi ignorado no relato de jornais brasileiros.

Entre os queixumes com ar de despeito feitos sobre a bem-sucedida visita de Lula a Obama, uma crítica é relevante: como notou o presidente do Diálogo Interamericano, Peter Hakim, Lula poderia ter aproveitado a oportunidade para contatos com os importantes presidentes das comissões do Congresso, tão essenciais para o futuro das questões de interesse brasileiro quanto o chefe do Executivo americano.

Lula, que hoje fala a empresários, limitou os encontros extra-agenda a uma conversa com um velho conhecido, John Sweeney, presidente da AFL-CIO, principal organização sindical do país. Visita importante: a AFL-CIO move parte do insistente lobby protecionista americano. Não há registro, porém, que Lula tenha tentado converter Sweeney para a campanha de livre-mercado hoje em moda no Planalto.

O embaixador do Brasil em Washington, Antônio Patriota, considera a questão levantada por Hakim um "falso problema", já que a viagem, desde o convite, no primeiro contato telefônico entre os dois presidentes, à definição da data - que se ajustou à agenda de Obama - tinha uma característica diferente da visita de Estado, onde, aí sim, sem nenhuma distorção no protocolo, caberiam encontros de Lula com líderes no Congresso americano. "Essa crítica está fora de foco; e o Brasil não pode ser visto apenas pela perspectiva interamericana", reage Patriota.

De fato, o Brasil, para os EUA tem uma dimensão hemisférica e outra mundial. A tradição é dar ênfase à relação dos EUA com o Brasil no plano do chamado Hemisfério Ocidental. Nesse plano, o encontro deu sinais importantes. Primeiro deles: como definiu a revista "Time", na edição desta semana, Lula firmou-se como a "melhor aposta" para aproximar o governo Obama da esquerda que governa boa parte dos países do continente. Lula teve aval do venezuelano Hugo Chávez para levar sinais de paz à Casa Branca. Mais discreto, o boliviano Evo Morales indicou a Lula que gostaria de encontrar-se com Obama às margens da reunião da Cúpula das Américas, em abril, onde o Brasil será ator de destaque.

Também notável foi o anúncio feito por Lula de que o Brasil promoverá a formação de uma instituição sul-americana para cuidar, sem participação dos EUA, do combate a drogas no continente. Tarefa inadiável e complicada. Na Bolívia, por

exemplo, a receita com o gás natural tende a cair, deixando sem muitas opções de renda a economia do país. Vale lembrar que o presidente da República, lá, fez questão de manter, depois de eleito, o posto de presidente do sindicato de cultivadores de coca.

Como nota o embaixador brasileiro nos EUA, porém, a dimensão do Brasil se expandiu para além do continente, e também nesse aspecto é um avanço importante a abertura de um canal direto com o governo Obama, para discutir as soluções em discussão para a crise econômica global. É difícil imaginar que o secretário do Tesouro, Thomas Geithner, vá consultar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para decidir os próximos passos a tomar na crise; mas a criação de um regime de contatos regulares entre as duas equipes econômicas tem o potencial de aumentar em muito a qualidade do processo decisório e a esfera de ação das autoridades brasileiras.

Resta das acusações de antiamericanismo contra o governo brasileiro a constatação de que, desde os anúncios de parceria estratégica, ainda no governo Bush, pouco andaram os grupos de trabalho criados ou o comemorado Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA; e os interesses estritamente bilaterais perderam espaço na agenda em Brasília.

Baseada em evidências como a delicada economia do México, maior parceiro americano no continente, e a recusa americana em aprovar até hoje acordos de livre comércio já assinados com parceiros fiéis como a Colômbia, há uma convicção no governo brasileiro de que as diferenças essenciais de interesse entre os dois países recomendam certo descolamento da agenda americana. Se os mecanismos de parceria criados com o governo dos EUA forem postos em funcionamento desta vez, o governo poderá argumentar mais facilmente que suas ações não são guiadas por preconceitos ideológicos, mas por frio e saudável pragmatismo.

Sergio Leo é repórter especial e escreve às segundas-feiras

E-mail sergio.leo@valor.com.br

Biocombustível de algas é alternativa viável contra aquecimento global – O Globo – Ciência – 26/03/2009

Cientistas americanos desenvolveram uma técnica sustentável e economicamente viável de conversão de óleo de algas em biocombustível. Um dos maiores problemas dos métodos atuais de produção de biocombustível a partir do óleo de algas é o seu alto custo financeiro.

Os pesquisadores garantem que o novo método é 40% mais barato que qualquer iniciativa anterior. Outro benefício, afirmam, é que ele não produz resíduos, não causando poluição.

A produção de biocombustível a partir de algas é considerada atraente também porque ela não compete com os terrenos que poderiam ser utilizados para o plantio de alimentos.

— Essa é a primeira forma viável de se fabricar biocombustível a partir de algas — garante o pesquisador Ben Wen, um dos criadores do método. — Ela custa menos porque o processo é rápido, não é necessária a construção de grandes instalações e não há gastos com tratamento de poluentes.

A técnica se baseia no uso de um catalisador sólido, em vez do produto líquido usado até então.

A vantagem do catalisador sólido, explicam os pesquisadores, é que ele pode ser usado repetidamente. Ele permite ainda a produção contínua do biocombustível, já que durante a utilização do catalisador líquido o processo tem que ser constantemente interrompido para a purificação do biocombustível.

Liturgia e estratégia: et pur se muove – José Luís Fiori – Valor Econômico – Opinião – 18/03/2009

"O assunto que será mais discutido entre os dois países pode não ser a energia, o meio ambiente ou a segurança, e sim a guarda de um menino de oito anos."

A reunião dos presidentes Obama e Lula, na hora da sesta de um sábado de inverno, na avenida Pensilvânia, 1600, em Washington, foi uma cerimônia litúrgica, com temas aleatórios, propostas inócuas e encenações simbólicas. Como no caso das duas reuniões anteriores, com os primeiros-ministros Taro Aso, do Japão, e Gordon Brown, da Grã-Bretanha, ocasião em que foram confirmadas as velhas alianças preferenciais ou imperiais dos Estados Unidos, na Ásia, Europa e América Latina.

Não há nenhuma surpresa ou novidade neste assunto: o Brasil, por exemplo, depois da reunião, manteve a mesma posição que já tinha desde a administração Truman, até os governos de Clinton e Bush. As próximas reuniões ficarão mais difíceis, devido à radicalização fundamentalista do Estado de Israel, o esfriamento das relações com a Arábia Saudita e o esfacelamento do poder no Paquistão. Seja como for, a escolha dos convidados e a ordem das reuniões, será sempre um gesto simbólico e uma decisão exclusiva do governo americano. Mas isto não condena os convidados ao imobilismo, porque fora da Casa Branca, o mundo segue girando e mudando de forma cada vez mais surpreendente.

Na mesma semana da reunião brasileira, o encontro do G20, na Grã-Bretanha, consagrou o fim da ordem econômica conservadora instaurada pelas reformas liberais da década de 1980. E a vitória eleitoral do candidato da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) nas eleições presidenciais de El Salvador consagrou o fim de uma era geopolítica que começou na América Central, com a intervenção do governo americano na Nicarágua, Honduras e El Salvador, agora governados pelas forças políticas que foram derrotadas durante a "Segunda Guerra Fria", da administração Reagan, na mesma década de 80.

A história das relações dos Estados Unidos com a América Latina é muito conhecida. Mas é importante lembrar que nunca existiu dentro do continente latino-

americano, uma disputa hegemônica entre os seus próprios Estados nacionais. Depois da sua independência, a América Latina esteve sob a tutela anglo-saxônica: da Grã-Bretanha, até o fim do Século XIX, e dos Estados Unidos, até o início do Século XXI. Nestes dois séculos de vida independente, as lutas políticas e territoriais da América Latina não atingiram a intensidade, nem tiveram os mesmos efeitos que na Europa, depois do Século XVI. E tampouco se formou no continente um sistema integrado e competitivo de Estados e economias nacionais, como viria a ocorrer na Ásia depois da sua descolonização. Por isto, os Estados latino-americanos ficaram à margem das grandes disputas geopolíticas do sistema mundial e, do ponto de vista econômico, sempre funcionaram como territórios de experimentação das estratégias econômicas internacionais do "imperialismo de livre comércio" liderado pelos países anglo-saxões.

Depois da 2ª Guerra Mundial, e durante a Guerra Fria, a América Latina alinhou ao lado dos Estados Unidos, com exceção de Cuba depois de 1961. Mas isto não impediu as sucessivas intervenções dos Estados Unidos na vida política interna dos Estados latinos. E, da mesma forma, depois da Guerra Fria, a maioria dos governos da região aderiram às políticas e reformas neoliberais preconizadas pelo governo americano. Mas, a partir de 2001, este quadro foi sendo alterado, de forma progressiva, pela força do voto, e independente da política externa americana. E um depois do outro, todos os governos progressistas que foram sendo eleitos, de norte a sul do continente, vem propondo uma revisão das relações e da posição da América Latina dentro do espaço imediato do poder global dos Estados Unidos.

Os novos governos contaram - num primeiro momento - com os ventos favoráveis do ciclo de crescimento da economia mundial até 2008, e agora enfrentam em conjunto o efeito desaglutinador da crise econômica mundial. E o que se deve prever para o período de crise é uma pressão econômica e política cada vez maior, de fora e de dentro da própria região. Já não há possibilidade de escapar da pressão competitiva mundial, e isto acelera a formação objetiva e incontornável de um subsistema estatal no continente latino-americano, potencializando o poder interno e externo dos seus Estados.

Mas o futuro das relações da América Latina com os Estados Unidos segue sendo uma incógnita e um desafio que dependerá decisivamente da condução estratégica da política externa brasileira. O pano de fundo é conhecido: depois da Guerra do Paraguai, o Brasil se transformou num Estado sem características expansivas, que jamais disputou a hegemonia latino-americana com a Grã-Bretanha ou com os Estados Unidos. E durante todo o Século XX sua posição dentro do continente foi a de sócio menor e auxiliar da hegemonia continental americana. Na década de 70, o governo militar do general Geisel se propôs um projeto de "potência intermediária", aprofundando a estratégia econômica desenvolvimentista, rompendo um acordo militar com os Estados Unidos, ampliando suas relações afro-asiáticas e assinando um acordo atômico com a Alemanha. A crise econômica e o fim do regime militar desativaram este projeto, que foi arquivado nos anos 90, quando o Brasil voltou a alinhar-se com os Estados Unidos e sua proposta de criação da Alca.

Depois de 2002, a política externa do Brasil mudou de rumo e assumiu uma postura mais afirmativa dos interesses e da liderança internacional do país. Mas, para seguir nesta direção de forma vitoriosa e expandir seu poder internacional, o Brasil terá que vencer pesadas resistências internas e refazer sua estratégia econômica. Além disso, terá que sustentar, por um longo período de tempo, uma estratégia internacional de "crescimento e libertação", e de cooperação e competição com os americanos. Porque não há como se enganar: no médio prazo, a disputa estratégica do Brasil pela hegemonia regional será com os Estados Unidos, seu principal "sócio-tutor" durante todo o Século XX, e início do Século XXI.

José Luís Fiori é professor titular do Instituto de Economia da UFRJ e autor do livro "O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações" (Editora Boitempo, 2007). Escreve mensalmente às quartas-feiras.

Etanol em Moçambique atrai brasileiros - Ivo Ribeiro e Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – agronegócios – 30/03/2009

Com forte potencial para a expansão da cultura canavieira, Moçambique tem atraído o interesse de grupos brasileiros em investir em etanol em seu território. As intenções têm esbarrado na precária infraestrutura logística daquele país. Mas o governo moçambicano acredita nas vantagens naturais, de comércio e localização estratégica para atrair grupos investidores e poder desenvolver essa indústria.

O ministro de Energia, Salvador Namburete, afirmou que no momento há três projetos traçados e aprovados pelo governo, dentro de sua política de biocombustíveis, para a produção de etanol. A principal fonte é a cana-de-açúcar, mas ele mencionou ainda a mapira doce, ou sorgo. "Há interesse de grupos brasileiros", afirmou, destacando que integrantes da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica), entidade que representa as usinas no Brasil visitaram Moçambique recentemente. A Unica tem promovido o intercâmbio de conhecimento técnico no país.

Os projetos estão distribuídos em três regiões. Para o sul está prevista unidade para 120 milhões de litros ao ano. Na região central, em Manica, a usina de etanol está desenhada para produzir 100 milhões de litros. O maior dos projetos, para 300 milhões de litros anuais, fica no norte. Segundo o ministro, um grupo mostrou interesse justamente por este último projeto. Esses projetos têm como alvo o mercado externo, saindo de portos na costa do Oceano Índico para a Europa e Ásia, principalmente.

Investimentos sucroalcooleiros em países africanos são considerados estratégicos, uma vez que a produção de açúcar e etanol do continente pode entrar na União Europeia sem tarifa de importação - por serem ex-colônias, esses países são beneficiados pelo acordo ACP (Ásia, Caribe e Pacífico). Para o etanol, a demanda é crescente também nos próprios países africanos, que estão dispostos a utilizar o álcool combustível em suas frotas.

A Açúcar Guarani, controlada pela multinacional francesa Tereos, informou que tem interesse em ter uma planta de etanol no país africano. No entanto, a decisão de investimento depende das condições de mercado e do mandato sobre o uso do etanol combustível naquele país.

O grupo já possui uma usina de açúcar em Marromeu, que fica na região central de Moçambique. "Se decidirmos investir naquele país, vamos construir uma destilaria anexa à usina nesta região", informou a empresa. Essa usina tem capacidade para 600 mil toneladas ao ano e plano de expansão para 1 milhão de toneladas. Já exporta para a União Europeia, dentro de acordo EBA (tudo menos armas, na sigla em inglês) dessa região da Europa.

Eduardo Leão de Souza, diretor-executivo da Unica, participou diretamente do programa de implementação do etanol que está sendo elaborado pelo governo moçambicano. Antes da Unica, Leão atuou como economista-chefe do Banco Mundial nos Estados Unidos. No banco, participou ativamente do desenvolvimento do programa para etanol em Moçambique.

"O potencial de plantio agrícola daquele país é de 30 milhões de hectares. Mais de 90% dos produtores cultivam agricultura de subsistência", afirmou. De acordo com Leão, por ser um país de extenso litoral, com três importantes portos, Moçambique tem competitividade para exportar. "Além de poder exportar sem tarifas para União Europeia, o país também está isento de tarifas para o etanol nos EUA". O Brasil paga US\$ 0,54 de tarifa para o álcool entrar no mercado americano.

A Unica já recebeu missões do governo moçambicano com interessados em investir em etanol. "Não cabe à Unica discutir esse tipo de cooperação, mas sim ao governo brasileiro, que tem todo o interesse em promover a expansão do etanol", afirmou Leão.

Conforme o ministro de Energia de Moçambique, foi firmado no ano passado um memorando de entendimento com o Brasil para criação de capacitação técnica, envolvendo a Unica e os ministérios de Agricultura e Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) brasileiros. "Já temos muitos plantios de cana no país. Agora, estamos na fase de atrair os investidores para os projetos industriais", disse.

Além de Moçambique, outro país africano está fazendo suas apostas em etanol. Em Angola, a Odebrecht, controlador da ETH Bionergia, braço de açúcar e álcool do grupo, já anunciou a construção de uma destilaria. As variedades de cana utilizadas pela empresa foram desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e adaptadas para o clima e solo angolano. O grupo informou que não está nos planos da companhia, no curto prazo, fazer investimentos em Moçambique.

A política de biocombustíveis de Moçambique envolve também projetos de produção de biodiesel, com vistas a uso na geração de energia em sistemas isolados do país, onde a energia não chega. O governo aprovou na semana passada o programa para

estimular essa produção com utilização da jatrofa (mamona, no Brasil) e o coco, do qual o país é um grande produtor. A ideia é estimular e dar condições técnicas e financeiras para pequenos agricultores.

* O jornalista viajou a convite da Vale

Biodiesel

UE cobrará taxa extra de biodiesel dos EUA - Joshua Chaffin e Chris Tighe – Valor Econômico – Agronegócios - 04/03/2009

Exportadores americanos de biodiesel terão de pagar extra depois que a União Europeia anunciou ontem tarifas temporárias antidumping e antisubsídios.

Uma comissão de comércio da Comissão Europeia (CE) impôs tarifas de 29 (US\$ 32,88) a 41 euros por 100 quilos por um período inicial de seis meses, segundo pessoas familiarizadas com o assunto. Esta é a mais nova iniciativa na disputa transatlântica, e chega em um momento de preocupação com o protecionismo.

Os produtores europeus jogam a culpa por seus infortúnios nas importações de biodiesel dos EUA, que se beneficia de subsídio de US\$ 1 por galão. A ajuda, alegam, elevou os embarques do país à Europa para 1,5 milhão de toneladas no ano passado - contra 60 mil toneladas em 2006.

Ao menos 15 produtores europeus declararam falência em dois anos, segundo o Conselho Europeu de Biodiesel (EBB, na sigla em inglês), e mais de uma dezena reduziu a sua produção.

A EBB estima que, após investir pesado para alcançar uma capacidade de produção de 16 milhões de toneladas de biodiesel, a produtividade é inferior a 40%.

Os produtores americanos, por sua vez, dizem que seus competidores europeus sofrem de ineficiência operacional e localização geográfica insatisfatória.

A Comissão Europeia deverá publicar uma decisão formal sobre as tarifas adicionais no próximo dia 12, e elas entrariam em vigor no dia seguinte. Após quatro meses, essas tarifas adicionais podem ser estendidas por até cinco anos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

